



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 13ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**10/11/2022
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

Presidente: Senador Davi Alcolumbre

Vice-Presidente: Senador Lucas Barreto



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022 (PLOA 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023".	10
Relator: Senador Mecias de Jesus	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

VICE-PRESIDENTE: Senador Lucas Barreto

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)			
Eduardo Braga(MDB)(8)(161)(147)(89)	AM 3303-6230	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(160)(159)(161)(147)(89)	PB 3303-2252 / 2481
Simone Tebet(MDB)(8)(161)(147)(89)(151)	MS 3303-1128	2 Giordano(MDB)(8)(25)(31)(161)(147)(89)	SP 3303-4177
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(8)(161)(147)(89)	PE 3303-2182 / 2184	3 VAGO(8)(121)(161)(147)(89)(166)	
Jader Barbalho(MDB)(8)(20)(161)(147)(89)	PA 3303-9831 / 9827 / 9832	4 Marcelo Castro(MDB)(8)(47)(58)(114)(149)(168)(89)(	PI 3303-6130 / 4078
Renan Calheiros(MDB)(8)(111)(161)(167)(147)(81)(	AL 3303-2261	5 VAGO(8)(19)(111)(89)(73)(71)	
Rose de Freitas(MDB)(4)(161)(172)(147)(89)(138)(17	ES 3303-1156 / 1129	6 VAGO(9)(67)(66)(80)(149)(89)(76)	
Esperidião Amin(PP)(11)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	7 Luis Carlos Heinze(PP)(10)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Eliane Nogueira(PP)(107)(108)(93)	PI 3303-6187 / 6188 / 7892	8 Daniella Ribeiro(PSD)	PB 3303-6788 / 6790
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)			
Plínio Valério(PSDB)(6)(55)(53)(141)(135)(134)(16	AM 3303-2833 / 2835 / 2837	1 Roberto Rocha(PTB)(6)(56)(29)(84)(87)	MA 3303-1437 / 1506 / 1438
Tasso Jereissati(PSDB)(6)(84)(133)(132)(117)	CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573	2 Mara Gabrilli(PSDB)(6)(39)(51)(52)(29)(35)(141)(1	SP 3303-2191
Oriovisto Guimarães(PODEMOS)(7)(28)(36)(30)(104)(	PR 3303-1635	3 VAGO(6)(120)(169)(84)(100)(150)	
Jorge Kajuru(PODEMOS)(7)(26)(27)(18)(140)(136)	GO 3303-2844 / 2031	4 Lasier Martins(PODEMOS)(7)(148)(90)(74)(72)(95)	RS 3303-2323 / 2329
Marcos do Val(PODEMOS)(7)(44)(60)(45)(46)(68)(90)(7	ES 3303-6747 / 6753	5 Alvaro Dias(PODEMOS)(13)(57)(42)(59)(61)(69)(74	PR 3303-4059 / 4060 / 2941
Soraya Thronicke(UNIÃO)(12)(42)(78)	MS 3303-1775	6 Eduardo Girão(PODEMOS)(14)(43)(140)(136)(101)(9	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)			
Alexandre Silveira(PSD)(2)(54)(83)(125)(144)(126)(146	MG 3303-5717	1 Otto Alencar(PSD)(2)(83)(131)(112)	BA 3303-1464 / 1467
Lucas Barreto(PSD)(2)(83)	AP 3303-4851	2 Vanderlan Cardoso(PSD)(2)(63)(83)(137)	GO 3303-2092 / 2099
Omar Aziz(PSD)(2)(83)(70)(75)(77)	AM 3303-6579 / 6524	3 Nelsinho Trad(PSD)(2)(54)(83)(96)(116)(153)(157)(99	MS 3303-6767 / 6768
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(96)(116)(113)(137)	RR 3303-5291 / 5292	4 Sérgio Petecão(PSD)(171)(173)(155)(158)(102)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)			
Davi Alcolumbre(UNIÃO)(3)(91)(79)(82)	AP 3303-6717 / 6720 / 6723	1 Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623
Marcos Rogério(PL)(3)	RO 3303-6148	2 Maria do Carmo Alves(PP)(3)(37)(34)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Jorginho Mello(PL)(3)(163)	SC	3 Carlos Portinho(PL)(3)(92)	RJ 3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)			
Paulo Paim(PT)(5)(85)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230	1 Fernando Collor(PTB)(15)(5)(16)(85)	AL 3303-5783 / 5787
Telmário Mota(PROPS)(15)(17)(5)(32)(33)(40)(85)	RR 3303-6315	2 Humberto Costa(PT)(5)(85)	PE 3303-6285 / 6286
Rogério Carvalho(PT)(5)(85)	SE 3303-2201 / 2203	3 Jaques Wagner(PT)(5)(16)(41)(85)	BA 3303-6390 / 6391
PDT(PDT)			
Eliziane Gama(CIDADANIA)(94)(88)(103)(118)(65)(9	MA 3303-6741	1 Alessandro Vieira(PSDB)(94)(88)(118)(97)(119)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Weverton(PDT)(62)(50)(64)(88)(156)	MA 3303-4161 / 1655	2 Julio Ventura(PDT)(38)(88)(164)(165)	CE 3303-6460 / 6399
Fabiano Contarato(PT)(48)(22)(23)(88)(49)	ES 3303-9049	3 Randolfe Rodrigues(REDE)(21)(24)(88)(103)(123)	AP 3303-6777 / 6568

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Aroldo de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-CLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovisto Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).

- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
- (16) Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (18) Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
- (19) Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
- (20) Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
- (21) Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
- (22) Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
- (23) Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
- (24) Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
- (25) Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
- (26) Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
- (27) Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
- (28) Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
- (29) Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
- (30) Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
- (31) Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
- (32) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
- (33) Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
- (34) Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
- (35) Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
- (36) Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
- (37) Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
- (38) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
- (39) Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
- (40) Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
- (41) Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
- (42) Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
- (43) Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
- (44) Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
- (45) Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
- (46) Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
- (47) Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
- (48) Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
- (49) Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
- (50) Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
- (51) Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
- (52) Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
- (53) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (54) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
- (55) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
- (56) Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
- (57) Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
- (58) Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
- (59) Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
- (60) Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
- (61) Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
- (62) Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.

- (63) Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
- (64) Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
- (65) Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (66) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (67) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (68) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
- (69) Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
- (70) Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
- (71) Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
- (72) Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
- (73) Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
- (74) Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).
- (75) Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
- (76) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (77) Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
- (78) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (79) Em 01.02.2021, o Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
- (80) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (81) Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
- (82) Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
- (83) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
- (84) Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
- (85) Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
- (86) Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
- (87) Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
- (88) Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
- (89) Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
- (90) Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
- (91) Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
- (92) Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
- (93) Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
- (94) Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
- (95) Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a ser membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
- (96) Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
- (97) Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
- (98) Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olimpio.
- (99) Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
- (100) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (101) Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
- (102) Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
- (103) Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
- (104) Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
- (105) Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
- (106) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (107) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (108) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (109) Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
- (110) Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).
- (111) Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a ser membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).
- (112) Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).
- (113) Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a ser membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD).
- (114) Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB).

- (115) Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB).
- (116) Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD).
- (117) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM).
- (118) Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID).
- (119) Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID).
- (120) Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021).
- (121) Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB).
- (122) Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
- (123) Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD).
- (124) Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
- (125) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (126) Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD).
- (127) Em 16.02.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Vice-Presidente deste colegiado.
- (128) Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-GLPSDB).
- (129) Em 16.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2022-GLPSDB).
- (130) Em 23.02.2022, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPSDB).
- (131) Em 24.02.2022, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-GLPSD).
- (132) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (133) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2022-GLPSDB).
- (134) Em 08.03.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 10/2022-GLPSDB).
- (135) Em 10.03.2022, os Senadores Plínio Valério e Mara Gabrilli permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPSDB).
- (136) Em 15.03.2022, os Senadores Orioivisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Orioivisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 11/2022-GLPODEMOS).
- (137) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a atuar como suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-BLPSDREP).
- (138) Em 30.03.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2022-GLMDB).
- (139) Em 30.03.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2022-GLMDB).
- (140) Em 04.04.2022, os Senadores Orioivisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Orioivisto Guimarães suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS).
- (141) Em 05.04.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 13/2022-GLPSDB).
- (142) Em 05.04.2022, os Senadores Jorge Kajuru e Orioivisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Orioivisto Guimarães designado membro titular e o Senador Jorge Kajuru suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 14/2022-GLPODEMOS).
- (143) Em 02.05.2022, os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Jorge Kajuru designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 15/2022-GLPODEMOS).
- (144) Em 03.05.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alexandre Silveira, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-BLPSDREP).
- (145) Em 03.05.2022, os Senadores Lasier Martins e Jorge Kajuru permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Jorge Kajuru, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 16/2022-GLPODEMOS).
- (146) Em 09.05.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 18/2022-BLPSDREP).
- (147) Em 30.05.2022, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho e Marcelo Castro foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 23/2022-GLMDB).
- (148) Em 30.05.2022, os Senadores Lasier Martins e Jorge Kajuru permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Jorge Kajuru designado membro titular e o Senador Lasier Martins, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 19/2022-GLPODEMOS).
- (149) Em 30.05.2022, os Senadores Carlos Viana e Flávio Bolsonaro deixaram de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 23/2022-GLMDB).
- (150) Em 02.06.2022, o Senador Eduardo Velloso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLUNIAO).
- (151) Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
- (152) Em 03.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLMDB).
- (153) Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
- (154) Em 06.07.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 32/2022-BLPSDREP).
- (155) Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
- (156) Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
- (157) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
- (158) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 27/2022-BLPSDREP).
- (159) Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
- (160) Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2022-GLMDB).
- (161) Em 13.07.2022, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Marcelo Castro e Luiz Pastore foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano e Rafael Tenório, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2022-GLMDB).
- (162) Em 01.08.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 27/2022-GLPSDB).
- (163) Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
- (164) Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- (165) Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).

- (166) Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (167) Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 53/2022-GLMDB).
- (168) Em 03.10.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 53/2022-GLMDB).
- (169) Vago em 17.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (170) Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
- (171) Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
- (172) Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 63/2022-GLMDB).
- (173) Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 41/2022-BLPSDREP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3972
FAX: 3303-4315

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: ccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 10 de novembro de 2022
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA

13ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Discussão e deliberação das Emendas da CCJ ao PLOA 2023
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:

1. Adicionados Quadro de Emendas apresentadas e Relatório. (09/11/2022 16:22)

Discussão e deliberação das Emendas da CCJ ao PLOA 2023

Finalidade:

Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022 (PLOA 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023".

Relator: Senador Mecias de Jesus

Anexos da Pauta

[Quadro de Emendas Recebidas](#)

[Relatório](#)

Número da Emenda	Tipo	Nome do Autor	Nome UO	Sequencial
1	TEX	Veneziano Vital do Rêgo		
2	REM	Nilda Gondim	Senado Federal	36
3	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	
4	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Fundo Nacional Antidrogas	
5	TEX	Nilda Gondim		
6	APR	Alessandro Vieira	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	

7	APR	Alessandro Vieira	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
8	APR	Alessandro Vieira	Fundo Nacional Antidrogas

9	APR	Alessandro Vieira	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
---	-----	-------------------	---

10	APR	Alessandro Vieira	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
----	-----	-------------------	---

11	APR	Jader Barbalho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	----------------	---	-----------

12	APR	Omar Aziz	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	
----	-----	-----------	---	--

13	APR	Omar Aziz	Comando do Exército	000002491
----	-----	-----------	------------------------	-----------

14	REM	Rogério Carvalho	Senado Federal	000000036
----	-----	------------------	----------------	-----------

15	TEX	Rogério Carvalho		
----	-----	------------------	--	--

16	APR	Randolfe Rodrigues	Presidência da República	000000818
----	-----	--------------------	--------------------------	-----------

17	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta	000002198
----	-----	--------------------	---	-----------

18	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	--------------------	---	-----------

19	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Penitenciário Nacional	000001345
----	-----	--------------------	------------------------------------	-----------

20	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional Antidrogas	000001356
----	-----	--------------------	------------------------------	-----------

21	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional de Segurança Pública	000001350
----	-----	--------------------	---	-----------

22	APR	Randolfe Rodrigues	Justiça Federal de Primeiro Grau	000000087
----	-----	--------------------	-------------------------------------	-----------

23	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	000001315
----	-----	--------------------	---------------------------------	-----------

24	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	000001315
----	-----	--------------------	---------------------------------	-----------

25	APR	Marcos do Val	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	---------------	---	-----------

26	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	--------------------	------------------------------	-----------

27	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Cidadania - Administração Direta	000002988
----	-----	--------------------	---	-----------

28	APR	Randolfe Rodrigues	Presidência da República	000000817
----	-----	--------------------	-----------------------------	-----------

29	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001270
30	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo de Amparo ao Trabalhador	000002260

31	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	000001295
----	-----	--------------------	--	-----------

32	APR	Randolfe Rodrigues	Defensoria Pública da União	000000711
----	-----	--------------------	--------------------------------	-----------

33	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	000001313
----	-----	--------------------	------------------------------------	-----------

34	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Penitenciário Nacional	000001348
----	-----	--------------------	------------------------------------	-----------

35	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	000001296
----	-----	--------------------	--	-----------

36	APR	Marcos do Val	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	---------------	------------------------------	-----------

37	APR	Rogério Carvalho	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001326
----	-----	------------------	--	-----------

38	APR	Rogério Carvalho	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
----	-----	------------------	--	-----------

39	APR	Rogério Carvalho	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003274
----	-----	------------------	---	-----------

40	APR	Rogério Carvalho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001267
----	-----	------------------	---	-----------

41	APR	Soraya Thronicke	UO Genérica Geratriz - A.Gov. 05-Just.e Seg.Publ.
----	-----	------------------	--

42	APR	Soraya Thronicke	Fundo Nacional Antidrogas
----	-----	------------------	------------------------------

43	APR	Soraya Thronicke	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
----	-----	------------------	---

44	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
----	-----	------------	---

45	APR	Paulo Paim	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
----	-----	------------	--

46	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
----	-----	------------	---

47	APR	Paulo Paim	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
----	-----	------------	--

48	APR	Paulo Paim	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
----	-----	------------	--	-----------

49	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003274
50	APR	Paulo Paim	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001267

51	APR	Plínio Valério	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
52	APR	Plínio Valério	Fundo Nacional Antidrogas
53	APR	Plínio Valério	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
54	APR	Plínio Valério	Fundação Nacional do Índio - FUNAI

55	APR	Jean Paul Prates	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003274
----	-----	------------------	---	-----------

56	APR	Jean Paul Prates	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001326
----	-----	------------------	--	-----------

57	APR	Jean Paul Prates	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
----	-----	------------------	--	-----------

58	APR	Jean Paul Prates	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001267
----	-----	------------------	---	-----------

59	APR	Mara Gabrilli	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
----	-----	---------------	--

60	APR	Mara Gabrilli	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
----	-----	---------------	--

61	APR	Fabiano Contarato	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001326
----	-----	-------------------	--	-----------

62	APR	Fabiano Contarato	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
----	-----	-------------------	--	-----------

63	APR	Fabiano Contarato	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003274
----	-----	-------------------	---	-----------

64	APR	Fabiano Contarato	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	-------------------	---	-----------

65	APR	Fabiano Contarato	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	000001295
----	-----	-------------------	--	-----------

66	APR	Mecias de Jesus	Fundo Nacional Antidrogas	
----	-----	-----------------	---------------------------	--

67	APR	Vanderlan Cardoso	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	-------------------	---------------------------	-----------

68	APR	Vanderlan Cardoso	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	-------------------	--	-----------

69	APR	Vanderlan Cardoso	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001270
----	-----	-------------------	---	-----------

70	APR	Vanderlan Cardoso	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	000001295
----	-----	-------------------	--	-----------

71	APR	Vanderlan Cardoso	Departamento de Polícia Federal	000001313
----	-----	-------------------	------------------------------------	-----------

72	APR	Marcos do Val	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	---------------	------------------------------	-----------

73	APR	Eliziane Gama	Ministério da Cidadania - Administração Direta	000002982
----	-----	---------------	---	-----------

74	APR	Eliziane Gama	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	---------------	---------------------------	-----------

75	APR	Eliziane Gama	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001326
----	-----	---------------	------------------------------------	-----------

76	APR	Eliziane Gama	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003275
77	APR	Eliziane Gama	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
78	APR	Eliziane Gama	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001327
79	REM	Marcos do Val	Senado Federal	000000036
80	TXT	Marcos do Val		
81	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	

82	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Fundo Nacional Antidrogas
83	APR	Marcos do Val	Departamento de 000001313 Polícia Federal

84	APR	Nelsinho Trad	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	---------------	---	-----------

85	APR	Nelsinho Trad	Departamento de 000001295 Polícia Rodoviária Federal
----	-----	---------------	--

86

APR Nelsinho Trad

Comando do
Exército

000002491

87	APR	Nelsinho Trad	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	000001296
----	-----	---------------	--	-----------

88	APR	Nelsinho Trad	Senado Federal	000000036
----	-----	---------------	----------------	-----------

89	TEX	Nelsinho Trad		
----	-----	---------------	--	--

90	APR	Humberto Costa	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	000001326
----	-----	----------------	--	-----------

91	APR	Humberto Costa	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
----	-----	----------------	--	-----------

92	APR	Humberto Costa	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001267
----	-----	----------------	---	-----------

93	APR	Paulo Paim	Justiça Federal de Primeiro Grau	000000087
----	-----	------------	-------------------------------------	-----------

94	APR	Jorge Kajuru	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001266
----	-----	--------------	---	-----------

95	APR	Jorge Kajuru	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
----	-----	--------------	---------------------------	-----------

96	APR	Jorge Kajuru	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
----	-----	--------------	--	-----------

97	APR	Jorge Kajuru	Departamento de 000001296 Polícia Rodoviária Federal
----	-----	--------------	--

98	APR	Roberto Rocha	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	000002655
----	-----	---------------	---	-----------

99	APR	Roberto Rocha	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	
----	-----	---------------	--	--

100	APR	Rogério Carvalho	Senado Federal	000000036
-----	-----	------------------	----------------	-----------

101	APR	Carlos Portinho	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	000002655
-----	-----	-----------------	---	-----------

102	APR	Carlos Portinho	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	
-----	-----	-----------------	--	--

103	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
-----	-----	--------------	---

104	APR	Simone Tebet	Fundo Penitenciário Nacional
-----	-----	--------------	------------------------------------

105	APR	Simone Tebet	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
-----	-----	--------------	--

106	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
-----	-----	--------------	---

107	APR	Simone Tebet	Fundação Nacional do Índio - FUNAI
-----	-----	--------------	--

108	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
-----	-----	--------------	--

109	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
-----	-----	--------------	--

110	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
-----	-----	--------------	---

111	APR	Simone Tebet	Fundo Nacional Antidrogas
-----	-----	--------------	------------------------------

112	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Federal
-----	-----	--------------	------------------------------------

113	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Federal
-----	-----	--------------	------------------------------------

114	APR	Simone Tebet	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
-----	-----	--------------	---

115	APR	Simone Tebet	Comando do Exército	000002491
-----	-----	--------------	------------------------	-----------

116	APR	Fernando Bezerra Coelho	Fundo Nacional Antidrogas	000001357
-----	-----	----------------------------	------------------------------	-----------

117	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001269
-----	-----	----------------------------	---	-----------

118	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	000001267
-----	-----	----------------------------	---	-----------

119	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003280
120	APR	Fernando Bezerra Coelho	Fundação Universidade Federal do Pampa	000003882

121	APR	Jaques Wagner	Fundo Nacional de Assistência Social	000003032
-----	-----	---------------	--	-----------

122	APR	Jaques Wagner	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	000003274
-----	-----	---------------	---	-----------

123	APR	Nelsinho Trad	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	000000830
-----	-----	---------------	---	-----------

Funcional Programática	Código Programa	Descrição Programa	Código Ação
99.999.0999.0Z01.6499	0999	Reserva de Contingência	0Z01
06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
06.422.5016.20IE.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
06.181.5016.2723.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723

14.125.0617.20UF.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF
06.422.5016.20IE.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE

06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-------------------	------	---	------

14.422.5034.00SN.	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	00SN
-------------------	------	---	------

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-------------------	------	---	------

05.153.6012.14T5.0001	6012	Defesa Nacional	14T5
-----------------------	------	-----------------	------

99.999.0999.0Z01.6499	0999	Reserva de Contingência	0Z01
-----------------------	------	-------------------------	------

04.126.4002.21AP.0001	4002	Segurança Institucional	21AP
-----------------------	------	-------------------------	------

04.122.0032.21AX.0001	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	21AX
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

06.421.5016.21BP.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BP
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.21BR.0001

5015

Justiça

21BR

06.181.5016.2B00.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2B00
-----------------------	------	---	------

02.061.0033.4224.0001	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4224
-----------------------	------	--	------

06.181.5016.15F9.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	15F9
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.15F9.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	15F9
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
-----------------------	------	---	------

08.244.5032.20R9.0001	5032	Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social	20R9
-----------------------	------	---	------

04.122.4002.219M.0001

4002

Segurança Institucional

219M

14.125.5016.21BN.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BN
-----------------------	------	---	------

11.332.2213.2553.0001	2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	2553
-----------------------	------	--	------

06.181.5016.2723.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723
-----------------------	------	---	------

03.422.0030.2725.0001	0030	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	2725
-----------------------	------	--	------

06.181.5016.2726.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2726
-----------------------	------	---	------

06.421.5016.00R3.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	00R3
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.154T.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	154T
-----------------------	------	---	------

06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
-----------------------	------	---	------

14.125.0617.20UF.0001

0617

Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

20UF

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5034.21AQ.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AQ
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.2334.0001	5015	Justiça	2334
-----------------------	------	---------	------

14.422.5015.2017.

5015

Justiça

2017

14.422.5015.21BR.

5015

Justiça

21BR

14.125.5016.21BN.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BN
-------------------	------	---	------

14.422.5034.00SN.	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	00SN
-------------------	------	---	------

14.125.0617.20UF.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF
-------------------	------	--	------

14.422.5034.00SN.	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	00SN
-------------------	------	---	------

14.125.0617.20UF.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF
-------------------	------	--	------

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5034.21AQ.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AQ
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.2334.0001	5015	Justiça	2334
-----------------------	------	---------	------

06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
06.422.5016.20IE.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
14.422.5034.21AR.	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AR
14.423.0617.21BO.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	21BO

14.422.5034.21AQ.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AQ
-----------------------	------	---	------

14.125.0617.20UF.0001

0617

Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

20UF

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.2334.0001	5015	Justiça	2334
-----------------------	------	---------	------

14.423.0617.21BO.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	21BO
06.181.5016.2723.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723

14.125.0617.20UF.0001

0617

Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

20UF

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5034.21AQ.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AQ
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.2723.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723
-----------------------	------	---	------

06.422.5016.20IE.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
-------------------	------	---	------

06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM

14.125.5016.21BN.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BN
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.2723.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.2726.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2726
06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
08.244.5027.20GG.0001	5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	20GG

06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
14.125.0617.20UF.0001	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF

14.422.5034.21AR.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AR
06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
14.423.0617.21BO.0001	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	21BO
99.999.0999.OZ01.6499	0999	Reserva de Contingência	OZ01
06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM

06.422.5016.20IE.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
06.181.5016.2726.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2726

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

06.181.5016.2723.0001

5016

Segurança Pública, Combate à 2723
Corrupção, ao Crime Organizado
e ao Crime Violento

05.153.6012.14T5.0001

6012

Defesa Nacional

14T5

06.181.5016.154T.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	154T
-----------------------	------	---	------

99.999.0999.0Z01.6499	0999	Reserva de Contingência	0Z01
-----------------------	------	-------------------------	------

14.125.0617.20UF.0001

0617

Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

20UF

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.2334.0001	5015	Justiça	2334
-----------------------	------	---------	------

02.061.0033.4224.0001	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4224
-----------------------	------	--	------

14.422.5015.2017.0001	5015	Justiça	2017
-----------------------	------	---------	------

06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE
06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM

06.181.5016.154T.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	154T
-----------------------	------	---	------

28.845.2220.00CY.0001	2220	Moradia Digna	00CY
-----------------------	------	---------------	------

16.482.2220.00TI.	2220	Moradia Digna	00TI
-------------------	------	---------------	------

99.999.0999.0Z01.6499	0999	Reserva de Contingência	0Z01
-----------------------	------	-------------------------	------

28.845.2220.00CY.0001

2220

Moradia Digna

00CY

16.482.2220.00TI.

2220

Moradia Digna

00TI

14.422.5015.2334.	5015	Justiça	2334
-------------------	------	---------	------

06.421.5016.21BP.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BP
-------------------	------	---	------

14.423.0617.21BO.

0617

Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

21BO

06.181.5016.21BM.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-------------------	------	---	------

14.125.0617.20UF.	0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	20UF
06.181.5016.154T.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	154T

06.181.5016.2723.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2723
-------------------	------	---	------

14.422.5015.2017.	5015	Justiça	2017
06.422.5016.201E.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	201E

06.181.5016.15F9.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	15F9
-------------------	------	---	------

06.181.5016.2726.	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2726
-------------------	------	---	------

14.422.5034.21AR.	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AR
-------------------	------	---	------

05.153.6012.14T5.0001	6012	Defesa Nacional	14T5
06.422.5016.20IE.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	20IE

06.181.5016.21BM.0001	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BM
-----------------------	------	---	------

14.422.5015.2334.0001	5015	Justiça	2334
-----------------------	------	---------	------

14.422.5034.00SN.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	00SN
12.364.5013.8282.0043	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8282

08.244.5031.219F.0001	5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	219F
-----------------------	------	---	------

14.422.5034.21AQ.0001	5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AQ
-----------------------	------	---	------

04.183.4002.2684.0001

4002

Segurança Institucional

2684

Ação descrição (ação+subtítulo)	Código Subtítulo	Descrição Subtítulo
---------------------------------	------------------	---------------------

Reserva de Contingência Fiscal - Primária - 6499
Recursos para atendimento do art. 169, §
1º, inciso II da Constituição Federal e
outras despesas de pessoal e encargos

Recursos para
atendimento do art. 169,
§ 1º, inciso II da
Constituição Federal e
outras despesas de
pessoal e encargos

Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Policciamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

Nacional

Regularização, Demarcação e Fiscalização
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional		Nacional
---	--	----------

Implantação do Sistema Integrado de 0001
Monitoramento de Fronteiras - SISFRON -
Nacional

Nacional

Reserva de Contingência Fiscal - Primária - 6499
Recursos para atendimento do art. 169, §
1º, inciso II da Constituição Federal e
outras despesas de pessoal e encargos

Recursos para
atendimento do art. 169,
§ 1º, inciso II da
Constituição Federal e
outras despesas de
pessoal e encargos

Apoio à Implementação da Política
Nacional de Segurança da Informação

0001

Nacional

Gestão das Políticas de Previdência e
Trabalho - Nacional

0001

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Aprimoramento do Sistema Penitenciário 0001
Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento
da Inteligência Penitenciária

Nacional

Gestão de Ativos e Descapitalização do
Crime - Nacional

0001

Nacional

Atuação da Força Nacional de Segurança Pública	0001	Nacional
--	------	----------

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Aprimoramento da Infraestrutura da
Polícia Federal - Nacional

0001

Nacional

Aprimoramento da Infraestrutura da
Polícia Federal - Nacional

0001

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Redução da Demanda de Drogas - Nacional 0001

Nacional

Implementação do Programa de Proteção 0001
Integrada de Fronteiras (PPIF) - Nacional

Nacional

Gestão da Política de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro -
Nacional

0001

Nacional

Identificação da População por meio da
Carteira de Trabalho e Previdência Social -
CTPS - Nacional

0001

Nacional

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

0001

Nacional

Prestação de Assistência Jurídica ao
Cidadão - Nacional

0001

Nacional

Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de 0001
Drogas e a Crimes Praticados contra Bens,
Serviços e Interesses da União - Nacional

Nacional

Racionalização e Modernização do Sistema 0001
Penal - Nacional

Nacional

Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Regularização, Demarcação e Fiscalização 0001
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção do Direito à Vida - Nacional

0001

Nacional

Proteção e Defesa do Consumidor -
Nacional

0001

Nacional

Promoção da Política Nacional de Justiça

Nacional

Gestão de Ativos e Descapitalização do
Crime - Nacional

Nacional

Gestão da Política de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro -
Nacional

Nacional

Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado do Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande do Sul

Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado do Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande do Sul

Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção do Direito à Vida - Nacional

0001

Nacional

Proteção e Defesa do Consumidor -
Nacional

0001

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Promoção e Defesa de Direitos Humanos
para todos - Nacional

Nacional

Proteção e Promoção dos Direitos dos
Povos Indígenas - Nacional

Nacional

Proteção do Direito à Vida - Nacional

0001

Nacional

Regularização, Demarcação e Fiscalização 0001
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção e Defesa do Consumidor -
Nacional

0001

Nacional

Proteção e Promoção dos Direitos dos
Povos Indígenas - Nacional

Nacional

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

Nacional

Regularização, Demarcação e Fiscalização 0001
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção do Direito à Vida - Nacional

0001

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

0001

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Gestão da Política de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro -
Nacional

0001

Nacional

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

0001

Nacional

Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Promoção e Defesa de Direitos Humanos 0001
para todos - Nacional

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de 0001
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Proteção e Promoção dos Direitos dos 0001
Povos Indígenas - Nacional

Nacional

Reserva de Contingência Fiscal - Primária - 6499
Recursos para atendimento do art. 169, §
1º, inciso II da Constituição Federal e
outras despesas de pessoal e encargos

Recursos para
atendimento do art. 169,
§ 1º, inciso II da
Constituição Federal e
outras despesas de
pessoal e encargos

Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de 0001
Drogas e a Crimes Praticados contra Bens,
Serviços e Interesses da União - Nacional

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

0001

Nacional

Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional 0001

Nacional

Reserva de Contingência Fiscal - Primária - 6499
Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos

Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos

Regularização, Demarcação e Fiscalização 0001
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção e Defesa do Consumidor -
Nacional

0001

Nacional

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Promoção da Política Nacional de Justiça	0001	Nacional
--	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Construção de unidades operacionais e
administrativas da PRF - Nacional

0001

Nacional

Transferências ao Fundo de
Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº
14.118, de 2021) - Nacional

0001

Nacional

Apoio à Produção Habitacional de
Interesse Social - Nacional

Nacional

Reserva de Contingência Fiscal - Primária - 6499
Recursos para atendimento do art. 169, §
1º, inciso II da Constituição Federal e
outras despesas de pessoal e encargos

Recursos para
atendimento do art. 169,
§ 1º, inciso II da
Constituição Federal e
outras despesas de
pessoal e encargos

Transferências ao Fundo de
Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº
14.118, de 2021) - Nacional

0001

Nacional

Apoio à Produção Habitacional de
Interesse Social - Nacional

Nacional

Proteção e Defesa do Consumidor -
Nacional

Nacional

Aprimoramento do Sistema Penitenciário
Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento
da Inteligência Penitenciária

Nacional

Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade - Nacional

Nacional

Regularização, Demarcação e Fiscalização
de Terras Indígenas e Proteção dos Povos
Indígenas Isolados - Nacional

Nacional

Construção de unidades operacionais e
administrativas da PRF - Nacional

Nacional

Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção - Nacional

Nacional

Promoção da Política Nacional de Justiça

Nacional

Articulação de Política Pública sobre
Drogas - Nacional

Nacional

Aprimoramento da Infraestrutura da
Polícia Federal - Nacional

Nacional

Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de
Drogas e a Crimes Praticados contra Bens,
Serviços e Interesses da União - Nacional

Nacional

Promoção e Defesa de Direitos Humanos
para todos - Nacional

Nacional

Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	0001	Nacional
--	------	----------

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	0001	Nacional
---	------	----------

Apoio à implementação da Casa da Mulher 0001
Brasileira e de Centros de Atendimento às
Mulheres em Situação de Violência -
Nacional

Nacional

Reestruturação e Modernização das 0043
Instituições Federais de Ensino Superior -
No Estado do Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande
do Sul

Ações de Proteção Social Especial -
Nacional

0001

Nacional

Proteção do Direito à Vida - Nacional

0001

Nacional

Ações de Inteligência - Nacional

0001

Nacional

Valor solicitado (R\$)	Justificativa	DtH.Exportação
0		14/10/2022 11:48:01
118014137	A emenda propõe remanejamento de recursos dentro da Reserva de Contingência Fiscal Primária para permitir a implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, conforme autorização constante do caput do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436/2022).	14/10/2022 11:58:23
60000000	ggggg	19/10/2022 11:51:16
60000000	A presente emenda tem por objetivo auxiliar o fortalecimento dos órgãos que executam ou apoiam ações de repressão ao tráfico de drogas, a melhorar a qualidade das ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico com foco na desarticulação financeira de organizações criminosas relacionadas ao tráfico, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades.	19/10/2022 11:51:16
0		19/10/2022 12:04:07
100000000	Melhorar a capacidade operacional da polícia rodoviária federal para aumentar a segurança nas estradas.	21/10/2022 12:18:38

50000000	Assegurar a integridade dos territórios e proteção dos povos indígenas	21/10/2022 12:18:38
100000000	Prevenir e combater o tráfico de drogas. JUSTIFICATIVA Segundo o ranking do Global Drug Policy Index, publicado em 7 de novembro de 2021, que avaliou a maneira como os países lidam com o tema drogas, o Brasil figura como a nação com pior desempenho entre 30 nações analisadas, atrás de outras bem mais pobres, como Uganda, que tem um dos menores IDHs do mundo; Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido e Austrália tiveram as políticas de drogas mais bem avaliadas. O Problema das drogas no Brasil se agravou ainda mais no último ano. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2020, os hospitais credenciados ao Sistema Único de Saúde tiveram um aumento de 54% de atendimento de dependentes químicos, comparado a 2019. Tal aumento pode ser correlacionado aos efeitos emocionais advindos da pandemia causada pelo coronavírus, de sorte que há que se promover a articulação institucional e a execução de ações para formação de atores da PNAD, produção de	21/10/2022 12:18:38

50000000	Promover ações para Combater a Corrupção, o Crime Organizado e o Crime Violento visando à melhoria dos indicadores de segurança pública. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um crescimento das mortes violentas intencionais em 4% em 2020. Ao todo, foram 50.033 vítimas, o que corresponde a uma taxa de 23,6 por 100 mil habitantes. Ainda, 5.855 adolescentes de 12 a 19 anos foram vítimas de mortes violentas intencionais, o que corresponde a um aumento de 3,6% em relação a 2019. Já, em 2021, o Brasil registrou 22,3 Mortes Violentas Intencionais (MVI) para cada grupo de 100 mil habitantes, redução de 6,5% na taxa de MVI em relação a 2020. Entretanto, essa redução não ocorreu de forma homogênea nas 27 Unidades da Federação, sendo que, inclusive, em 6 delas houve aumento no número de mortes. Por mais que a redução no número de MVI seja inegável, o Brasil ainda convive	21/10/2022 12:18:38
----------	--	--------------------------------

20000000	O aumento das taxas de feminicídio e das medidas protetivas são indicadores de subnotificação dos casos de violência contra as mulheres. Para sair dessa situação vulnerabilidade é necessário ofertar políticas públicas que proporcionem às vítimas de violência doméstica condições para reconstrução suas vidas. A Casa da Mulher Brasileira é um espaço público de acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, integrado e humanizado a partir da criação de uma rede de apoio concentrada. Integra, no mesmo ambiente, serviços especializados e multidisciplinares, como: acolhimento, atendimento psicossocial e de saúde, Juizado de Violência Doméstica, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção da autonomia econômica e cuidados para os filhos. Nesse sentido é fundamental que sejam ampliados os investimentos necessários para expandir o alcance dessa política pública e atender todas as mulheres vítimas de violência doméstica em situação vulnerabilidade.	21/10/2022 12:18:38
----------	---	------------------------

100000000	Esta emenda tem o objetivo de ampliar os recursos que foram encaminhados pelo Poder Executivo na Proposta de Lei Orçamentária para 2023, no valor de R\$1.000.000,00, para o desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção, e enfrentamento à criminalidade. O valor indicado de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) é devido a importância dessa ação, cujo objetivo é o enfraquecimento da criminalidade através de operações de combate ao crime organizado. De acordo com o relatório divulgado pela Global Peace Index (GPI), em 2021, o Brasil ocupa a 128ª colocação por causa do crime organizado. O ranking mantém o Brasil em um patamar considerado de "baixo estado de paz", segundo o relatório, que avalia 163 países no total.	24/10/2022 12:02:32
300000000	A presente emenda visa o fortalecimento das ações de segurança pública através da modernização da infraestrutura e aquisição de equipamentos.	26/10/2022 12:10:50

707397892	A presente emenda visa o reforço orçamentário ao Prg EE SISFRON, que visa dotar o Brasil de meios de emprego dual aproveitando a efetiva presença do Exército na Faixa de Fronteira, apoiado em um complexo Sistema de Sensoriamento, Integração, Comando e Controle, Apoio à Decisão e Atuação Estratégica de diversos órgãos da República e aumento da operacionalidade e do poder de combate da tropa. O arco Norte, abarcando os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, é a região fronteiriça com menor densidade demográfica e fluxo de transações econômicas. Além disso, é conhecido como “arco indígena” por causa do grande número de reservas e da relevância étnico-cultural aborígene preponderante em toda a região. Historicamente, foi palco de incursões de grupos guerrilheiros, tráfico de drogas, garimpagem e fluxo ilegal de mercadorias, com pouco alcance estatal, no sentido de aplicação de políticas públicas eficazes para dirimir tais desafios. Entre os principais desafios transfronteiriços enfrentados pelo arco Central, vale destacar também o tráfico de drogas, o intenso fluxo ilegal de imigrantes e os crimes ambientais, além dos conflitos	26/10/2022 15:13:34
118014137	A emenda propõe remanejamento de recursos dentro da Reserva de Contingência Fiscal Primária para permitir a implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, conforme autorização constante do caput do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436/2022).	27/10/2022 09:04:38
0		27/10/2022 09:04:39

1176000	Realização de ações de coordenação e articulação com os demais órgãos da administração pública federal, estados e municípios para implementar a Política Nacional de Segurança da Informação para tornar o Brasil mais próspero e confiável no ambiente digital, promover a sensibilização e a conscientização de segurança na sociedade e prepará-la para o mundo digital, estimular o desenvolvimento de novas tecnologias para segurança cibernética, fortalecer a liderança brasileira nos fóruns globais relativos ao tema de segurança digital e aumentar a resiliência brasileira às ameaças cibernéticas.	27/10/2022 15:17:47
29045084	Suporte ao planejamento, à gestão, ao monitoramento, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pela Secretaria Especial de Previdência de Trabalho. Custeia despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de atividades, inclusive estudos, eventos, fóruns, seminários, oficinas e reuniões, que tenham por objetivo a formulação e o aprimoramento de políticas públicas de previdência e trabalho; realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; e demais atividades-meio necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas. Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários e trabalhistas, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas.	27/10/2022 15:17:47

1500000	Desenvolvimento de Políticas, Projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	27/10/2022 15:17:47
---------	---	-----------------------------------

319529004

Implementação de ações que garantam e promovam os direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. 27/10/2022 15:17:47

Promoção da ampliação e qualificação das alternativas penais em substituição à privação de liberdade. Fomento e fortalecimento das corregedorias, ouvidorias e conselhos da comunidade. Mapeamento e atendimento das necessidades de estruturação e modernização do sistema penitenciário e aquisição de equipamentos de segurança (monitoramento, inteligência, armamento, etc.). Implantação de um conjunto de iniciativas que terão como resultado a produção de informações para subsidiar a tomada de decisões, visando aprimorar o gerenciamento do sistema penitenciário com objetivo de atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado

50000000	Aprimoramento de infraestrutura predial. Aparentamento, Reaparentamento e Modernização das forças de segurança pública, por meio de implementação de políticas voltadas a prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Aquisição e desenvolvimento de sistemas. Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação. Apoio e/ou desenvolvimento de projetos e atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade. Capacitação de profissionais de segurança pública e de perícia técnico científica. Implementação e/ou aprimoramento do serviço de recebimento de denúncias. Promoção e valorização da saúde no trabalho, qualidade de vida e incentivo à programa habitacional para profissionais de segurança pública.	27/10/2022 15:17:47
----------	--	--------------------------------

342672882	Realização de operações combinadas e/ou conjuntas com exercício de atividades e serviços imprescindíveis a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio; transferência de recursos materiais; preparação constante dos profissionais, com treinamento e capacitação continuados; aquisição de bens e serviços para a constituição de equipes multidisciplinares com implementação de cadeia logística voltada a modernização das funções de suporte e execução operacional desenvolvidas, no âmbito de suas competências; pagamento de indenização a servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa ou para os policiais em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública, nos casos em que couber e para seus dependentes no caso de morte; estruturação da Força Nacional de Segurança Pública e operacionalização do seu emprego em todo o território nacional, para controle e combate da criminalidade em caráter episódico e planejado.	27/10/2022 15:17:47
60000000	Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal	27/10/2022 15:17:47

20500022	Construção, reforma, ampliação e estruturação das unidades da polícia federal, com a consequente aquisição de equipamentos e mobiliário necessários à operacionalização das unidades construídas, reformadas ou ampliadas, além de suas atualizações decorrentes, visando propiciar uma estrutura adequada para a atuação de excelência do Departamento de Polícia Federal.	27/10/2022 15:17:47
----------	---	------------------------

20500022	Construção, reforma, ampliação e estruturação das unidades da polícia federal, com a consequente aquisição de equipamentos e mobiliário necessários à operacionalização das unidades construídas, reformadas ou ampliadas, além de suas atualizações decorrentes, visando propiciar uma estrutura adequada para a atuação de excelência do Departamento de Polícia Federal.	27/10/2022 15:17:47
----------	---	------------------------

100000000	A presente emenda tem como objetivo garantir recursos para o desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em Segurança Pública na prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública, Estruturação e Modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operacionais Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	27/10/2022 15:18:21
31462672	Promover a articulação institucional e a execução de ações para formação de atores da PNAD, produção de conhecimento, tecnologia, ações de redução da oferta de drogas e apoio a projetos de prevenção ao uso de drogas.	27/10/2022 15:20:06

196000000	Promoção e Articulação de ações de prevenção à oferta de drogas; desenvolvimento de estratégias de avaliação, qualificação e manutenção dos serviços de acolhimento residencial transitório (comunidades terapêuticas); qualificação da rede de cuidados; ações de reinserção social com ênfase em iniciativas que envolvam moradia social, geração de renda, trabalho e cooperativismo social beneficiando pessoas em situação de vulnerabilidade social e com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. A presente emenda visa fornecer apoio à prevenção nos diferentes níveis federativos e da sociedade, envolvendo a disseminação de informações acerca do uso de drogas, como forma de conscientizar a sociedade brasileira a respeito dos seus riscos e danos, bem como o incentivo a atividades educativas, culturais, esportivas, sócio assistenciais e/ou ocupacionais aos segmentos com maior vulnerabilidade, visando também a construção e aquisição de equipamentos, bem como reparos e adequação física em unidades de recuperação nos municípios brasileiros. Promoção e articulação de ações	27/10/2022 15:20:06
-----------	--	--------------------------------

640000	Definição de protocolos padronizados de inserção e de acesso conjunto a dados produzidos pelas instituições participantes do PPIF, seguindo critérios de proteção da informação; ampliar e otimizar a operacionalização do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) com estados e municípios, incluindo a elaboração de proposta de protocolos de atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública nas fronteiras; delinear e propor protocolos de governança para a atuação integrada e conjunta dos órgãos federais, que possibilite a inclusão de estados e municípios; execução de instruções, treinamentos e exercícios, propiciados pelas instituições participantes do PPIF; cooperação logística mútua entre os participantes do PPIF	27/10/2022 15:20:06
--------	--	------------------------

2520000	Em relação ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro é necessário o aprimoramento das ações do Estado Brasileiro, mediante o esforço de articulação presente na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, bem como a formulação de uma Agenda de Combate à Corrupção. Estabelecimento e aprimoramento das relações de cooperação jurídica internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes. Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira. Aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira.	27/10/2022 15:20:06
600000	Controle da distribuição, emissão e disponibilização da CTPS dotando o país de um eficiente sistema de atendimento ao trabalhador e de autoatendimento, proporcionando a integração de ações da área de trabalho que facilitem a identificação por intermédio de uma base de dados única e de acesso simplificado. Aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS às Superintendências Regionais do Trabalho (SRTb), bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, visando identificar a população para registro profissional e anotações de interesse da Previdência Social.	27/10/2022 15:20:06

320000000	Instauração, instrução e conclusão de Investigações Policiais e de Ações de Fiscalização Específicas através do desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de diligências, perícias criminais, Interrogatórios, acareações, reconstituições; custeio de despesas com o deslocamento de policiais e contratos que propiciem a operacionalização da atividade do DPF; aquisição de equipamentos e veículos para a atividade fim; aquisição de equipamentos, bem como ações de patrulhamento marítimo, lacustre e fluvial; auditorias, visitas técnicas e auditorias em aeroportos; e de outras ações relevantes à elucidação de crimes. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, candidatos à Presidência da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Operações de fiscalização voltadas para a implementação	27/10/2022 15:20:06
113000000	Promoção do acesso do cidadão necessitado à Justiça, garantindo-lhe o exercício no que se refere à assistência e orientação jurídica.	27/10/2022 15:20:06

210000000	Instauração, instrução e conclusão de Investigações Policiais e de Ações de Fiscalização Específicas através do desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de diligências, perícias, Interrogatórios, acareações, reconstituições; custeio de despesas com o deslocamento de policiais; aquisição de equipamentos de uso policial; ações de patrulhamento marítimo, lacustre e fluvial; auditorias, visitas técnicas e auditorias em aeroportos; e de outras ações relevantes à elucidação de crimes e ao combate ao tráfico ilícito de drogas. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, candidatos à Presidência da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação,	27/10/2022 15:20:06
16000000	Transferência de recursos na modalidade Fundo a Fundo para os Fundos Penitenciários das Unidades da Federação, visando a racionalização, a promoção da cidadania, o fortalecimento da participação e do controle social, o aparelhamento, a modernização e a qualificação, com vistas a diminuir a crise no sistema penal brasileiro.	27/10/2022 15:20:06

216732422	Construção, ampliação e reforma de postos, delegacias e sedes administrativas com o objetivo de prover as instalações com estruturas modernas, seguras, representativas e funcionais que permitam o desenvolvimento das atividades da Instituição e a adequada integração entre os órgãos de segurança pública de governo, de forma a representar e exercer, efetivamente, o poder de polícia nas diversas áreas do país. Os investimentos feitos na infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal não acompanharam o crescimento desses serviços e nem a quantidade de carros rodando no País. Para concretizar a ampliação e reforma das instalações físicas, será realizada a construção, ampliação e reformas de postos, delegacias e sedes administrativas que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.	27/10/2022 15:27:59
100000000	Esta emenda tem por objetivo auxiliar no reaparelhamento das unidades especializadas em investigação e repressão ao tráfico de drogas para o desenvolvimento de ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades. (Fundo Nacional Antidrogas).	27/10/2022 15:50:40

100000000 presente emenda visa garantir recursos 31/10/2022
para a política de Delimitação, Demarcação 13:28:10
e Regularização Fundiária de Terras
Indígenas:
promoção da proteção das terras indígenas
por intermédio da identificação, da
delimitação, da demarcação física e da
regularização
fundiária, visando assegurar o direito dos
índios à posse e ao usufruto das terras
tradicionalmente que ocupam; e das
reservas indígenas
a eles destinadas que permitam a
manutenção e o desenvolvimento de seus
modos de vida e atividades socioculturais,
constituídas
através da aquisição de terras e/ou doação
de terceiros, aquisição esta executada por
edital de seleção ou decreto de
desapropriação
por interesse social. Política de Proteção
Territorial de Terras Indígenas: por meio
de ações de vigilância e fiscalização, a fim
de evitar
que as terras indígenas sejam ou
permaneçam invadidas ou exploradas por
terceiros, assegurando aos índios a
integridade do seu
território e do seu patrimônio natural.
Comprovada a presença de invasores

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	31/10/2022 13:28:10
-----------	---	--------------------------------

140000000	A presente emenda visa garantir recursos para projetos de proteção a testemunhas, defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e pessoas ameaçadas de morte e seus familiares, e pessoas vítimas de tortura. Projetos de formação e capacitação de atores públicos e privados que atuam direta e indiretamente com os programas estaduais e federais de proteção à vida, prevenção e combate à tortura, e de enfrentamento à letalidade e impunidade. Projetos de desenvolvimento e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos, ações, estratégias e boas práticas voltadas para a proteção da vida, a prevenção e o combate à tortura, e o enfrentamento à letalidade e impunidade.	31/10/2022 13:28:10
75000000	Aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa do consumidor, cursos de formação e de capacitação presenciais e virtuais, oficinas, congressos, reuniões, boletins, divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, notas técnicas de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, publicações na temática consumerista, medidas preventivas e de repressão às condutas infrativas, aprimoramento e divulgação das plataformas de informações de defesa do consumidor e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor	31/10/2022 13:28:10

100000000	A Promoção da Política Nacional de Justiça se dá por meio da implementação de projetos de democratização do acesso à cidadania, à justiça e à promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos. A presente emenda visa proporcionar apoio a realização de projetos de democratização do acesso à cidadania e à justiça e promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, em parceria com instituições do sistema de Justiça e demais atores (inclusive organismos internacionais), com incentivo à mudança de cultura da judicialização e de eventos, com ênfase nos temas política nacional de justiça: garantia de direitos de migrantes refugiados e apátridas, enfrentamento ao tráfico de pessoas e a cooperação jurídica internacional nas esferas civil e penal.	31/10/2022 15:54:12
67246460	A presente emenda visa apoiar o desenvolvimento de integração entre os entes federados para melhoria na gestão e na destinação de ativos apreendidos, de forma a fomentar ações de descapitalização de organizações criminosas por meio da gestão de ativos e outras ações que visem à integração entre atores estratégicos com objetivo de aprimorar a destinação de bens apreendidos, mediante incorporação e alienação de bens do Funad, entre outras formas de desfazimento legal.	31/10/2022 15:54:12

100000000	A emenda em tela visa o aprimoramento das ações do Estado Brasileiro, mediante o esforço de articulação presente na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, bem como a formulação de uma Agenda de Combate à Corrupção. Estabelecimento e aprimoramento das relações de cooperação jurídica internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes. Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira. Aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira. Além de execução de políticas públicas e ações relacionadas ao enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado transnacional. Gestão da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) . Coordenação da Rede de Laboratórios de	31/10/2022 15:54:12
-----------	--	------------------------

600000000	O Relatório Global da Organização Mundial de Saúde (OMS), com base em dados de 2000 a 2018, indica que uma em cada três mulheres em todo o mundo (cerca de 736 milhões de pessoas) sofre violência física ou sexual, principalmente por um “parceiro” íntimo. Essa violência começa cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seu “parceiro” por volta dos 20 anos. (ONU Mulheres, 2020). As mulheres negras são as maiores vítimas de violência no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019, eram negras. Isto é, a cada dez mulheres mortas, seis são negras. Em uma comparação entre 83 países, o Brasil possui uma taxa média de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, 2,4 vezes maior que a taxa mundial – dois assassinatos a cada 100 mil mulheres – ocupando, assim o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos,	01/11/2022 12:13:22
200000000	A referida emenda visa estabelecer Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Diante do exposto solicito a aprovação desta emenda.	01/11/2022 12:13:22

600000000	O Relatório Global da Organização Mundial de Saúde (OMS), com base em dados de 2000 a 2018, indica que uma em cada três mulheres em todo o mundo (cerca de 736 milhões de pessoas) sofre violência física ou sexual, principalmente por um “parceiro” íntimo. Essa violência começa cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seu “parceiro” por volta dos 20 anos. (ONU Mulheres, 2020). As mulheres negras são as maiores vítimas de violência no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019, eram negras. Isto é, a cada dez mulheres mortas, seis são negras. Em uma comparação entre 83 países, o Brasil possui uma taxa média de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, 2,4 vezes maior que a taxa mundial – dois assassinatos a cada 100 mil mulheres – ocupando, assim o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos,	01/11/2022 13:48:16
200000000	A referida emenda visa estabelecer Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Diante do exposto solicito a aprovação desta emenda.	01/11/2022 13:48:16

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	01/11/2022 13:50:36
-----------	---	--------------------------------

140000000	A presente emenda visa garantir recursos para projetos de proteção a testemunhas, defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e pessoas ameaçadas de morte e seus familiares, e pessoas vítimas de tortura. Projetos de formação e capacitação de atores públicos e privados que atuam direta e indiretamente com os programas estaduais e federais de proteção à vida, prevenção e combate à tortura, e de enfrentamento à letalidade e impunidade. Projetos de desenvolvimento e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos, ações, estratégias e boas práticas voltadas para a proteção da vida, a prevenção e o combate à tortura, e o enfrentamento à letalidade e impunidade.	01/11/2022 13:50:36
75000000	Aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa do consumidor, cursos de formação e de capacitação presenciais e virtuais, oficinas, congressos, reuniões, boletins, divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, notas técnicas de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, publicações na temática consumerista, medidas preventivas e de repressão às condutas infrativas, aprimoramento e divulgação das plataformas de informações de defesa do consumidor e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor	01/11/2022 13:50:36

500000000	Com esta emenda pretendemos levar o desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	01/11/2022 16:35:48
250000000	A presente emenda se destina a Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito nacional.	01/11/2022 16:46:48
200000000	A presente emenda de destina a Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos, no âmbito nacional.	01/11/2022 16:51:16
300000000	A presente emenda se destina a Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, no âmbito nacional.	01/11/2022 16:55:45

140000000	A presente emenda visa garantir recursos para projetos de proteção a testemunhas, defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e pessoas ameaçadas de morte e seus familiares, e pessoas vítimas de tortura. Projetos de formação e capacitação de atores públicos e privados que atuam direta e indiretamente com os programas estaduais e federais de proteção à vida, prevenção e combate à tortura, e de enfrentamento à letalidade e impunidade. Projetos de desenvolvimento e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos, ações, estratégias e boas práticas voltadas para a proteção da vida, a prevenção e o combate à tortura, e o enfrentamento à letalidade e impunidade.	01/11/2022 17:32:31
-----------	--	------------------------

100000000 presente emenda visa garantir recursos 01/11/2022
para a política de Delimitação, Demarcação 17:43:11
e Regularização Fundiária de Terras
Indígenas:
promoção da proteção das terras indígenas
por intermédio da identificação, da
delimitação, da demarcação física e da
regularização
fundiária, visando assegurar o direito dos
índios à posse e ao usufruto das terras
tradicionalmente que ocupam; e das
reservas indígenas
a eles destinadas que permitam a
manutenção e o desenvolvimento de seus
modos de vida e atividades socioculturais,
constituídas
através da aquisição de terras e/ou doação
de terceiros, aquisição esta executada por
edital de seleção ou decreto de
desapropriação
por interesse social. Política de Proteção
Territorial de Terras Indígenas: por meio
de ações de vigilância e fiscalização, a fim
de evitar
que as terras indígenas sejam ou
permaneçam invadidas ou exploradas por
terceiros, assegurando aos índios a
integridade do seu
território e do seu patrimônio natural.
Comprovada a presença de invasores

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	01/11/2022 17:43:11
75000000	Aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa do consumidor, cursos de formação e de capacitação presenciais e virtuais, oficinas, congressos, reuniões, boletins, divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, notas técnicas de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, publicações na temática consumerista, medidas preventivas e de repressão às condutas infrativas, aprimoramento e divulgação das plataformas de informações de defesa do consumidor e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor	01/11/2022 17:43:11

200000000	A referida emenda visa estabelecer Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, bem como garantir recursos para a política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato: localização e manutenção dos direitos da ocupação tradicional de seus territórios, acompanhamento de seus deslocamentos geográficos, compreendendo sua dinâmica de ocupação; exercer proteção e vigilância nos territórios em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos respeitando a autonomia e o isolamento voluntário, implementando iniciativas que levem em consideração sua situação de vulnerabilidade física e cultural.	01/11/2022 18:11:02
350000000	A presente emenda visa a fomentar ações de prevenção e combate a corrupção na gestão pública de forma a garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços e o bom uso dos recursos públicos.	01/11/2022 18:11:02

100000000 presente emenda visa garantir recursos 03/11/2022
para a política de Delimitação, Demarcação 08:51:53
e Regularização Fundiária de Terras
Indígenas:
promoção da proteção das terras indígenas
por intermédio da identificação, da
delimitação, da demarcação física e da
regularização
fundiária, visando assegurar o direito dos
índios à posse e ao usufruto das terras
tradicionalmente que ocupam; e das
reservas indígenas
a eles destinadas que permitam a
manutenção e o desenvolvimento de seus
modos de vida e atividades socioculturais,
constituídas
através da aquisição de terras e/ou doação
de terceiros, aquisição esta executada por
edital de seleção ou decreto de
desapropriação
por interesse social. Política de Proteção
Territorial de Terras Indígenas: por meio
de ações de vigilância e fiscalização, a fim
de evitar
que as terras indígenas sejam ou
permaneçam invadidas ou exploradas por
terceiros, assegurando aos índios a
integridade do seu
território e do seu patrimônio natural.
Comprovada a presença de invasores

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	03/11/2022 08:51:53
-----------	--	------------------------

140000000

A presente emenda visa garantir recursos para projetos de proteção a testemunhas, defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e pessoas ameaçadas de morte e seus familiares, e pessoas vítimas de tortura. Projetos de formação e capacitação de atores públicos e privados que atuam direta e indiretamente com os programas estaduais e federais de proteção à vida, prevenção e combate à tortura, e de enfrentamento à letalidade e impunidade. Projetos de desenvolvimento e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos, ações, estratégias e boas práticas voltadas para a proteção da vida, a prevenção e o combate à tortura, e o enfrentamento à letalidade e impunidade.

03/11/2022

08:51:53

100000000

Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade. 03/11/2022 08:51:53

Desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.

100000000	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, Combate à Violência no Trânsito e Ações Educativas. Além de outras atividades relacionadas ao planejamento e realização de operações de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas), prevenção de acidentes e controle de trânsito, realiza operações policiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infantojuvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros. Atua na composição e manutenção de equipes de saúde, unidades de suporte básico e avançado de vida, destinadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações da PRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade supracitada; implantação e manutenção de sistemas	03/11/2022 08:51:53
140000000	ESTÁ EMENDA TEM POR OBJETO AUXILIAR NO REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS EM INVESTIGAÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS, À LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIME ORGANIZADO VINCULADO AO NARCOTRÁFICO. TAMBÉM PARA A QUALIFICAÇÃO DA REDE DE CUIDADOS, AÇÕES DE RECOLOCAÇÃO SOCIAL, GERAÇÃO DE RENDA, TRABALHO BENEFICIANDO PESSOAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO ÁLCOOL E DROGAS.	03/11/2022 10:37:50

10000000	O problema das drogas no Brasil é estrutural e afeta a todas as classes sócias com consequências sociais, econômicas e jurídicas devastadoras. A repressão ao tráfico de drogas, desarticulação de organizações criminosas, combate ao crime só é possível com investimentos em equipamentos, capacitação, tecnologias e inteligência.	03/11/2022 12:27:22
10000000	A Criminalidade violenta está entre as maiores preocupação dos brasileiros de modo que o aumento significativo de indicadores criminais e dos custos econômicos relativos a esses crimes têm levado governos e sociedade a considerá-los como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento social e econômico do país. Dentre o conjunto de ações destinadas à redução da criminalidade destaca-se a modernização e o aparelhamento das instituições de segurança pública. Essa emenda tem como finalidade a modernização e aparelhamento das instituições de segurança pública nacionais (Polícia Civil, Militar, Corpo de bombeiros), por meio da aquisição de equipamentos, veículos motorizados, armamento objetivando a segurança dos profissionais. Maior policiamento nas ruas, redução da criminalidade 4violenta e ampliação da percepção de segurança e proteção social, levando em c5onsideração a diferença de cada região.	03/11/2022 12:27:22

10000000	A questão da corrupção no Brasil é sistêmica e não há uma solução mágica que resolva todos os problemas de uma só vez. Ainda que essencial, a punição, sozinha, não tem se mostrado suficiente para coibir práticas ilícitas. Precisa-se também aprimorar mecanismos de identificação, prevenção, fiscalização e transparência. Apoiamos o avanço da operação no âmbito dos marcos constitucionais, sem foco partidário, vazamentos ou qualquer tipo de influência de interesses alheios às suas metas. O Brasil tem melhorado, mas é preciso aprimorar ainda mais os mecanismos existentes de combate à corrupção e lavagem de dinheiro.	03/11/2022 12:27:22
10000000	Construção, ampliação e reforma de postos, delegacias e sedes administrativas com o objetivo de prover as instalações com estruturas modernas, seguras, representativas e funcionais que permitam o desenvolvimento das atividades da Instituição e a adequada integração entre os órgãos de segurança pública de governo, de forma a representar e exercer, efetivamente, o poder de polícia nas diversas áreas do país. Os investimentos feitos na infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal não acompanharam o crescimento desses serviços e nem a quantidade de carros rodando no País. Para concretizar a ampliação e reforma das instalações físicas, será realizada a construção, ampliação e reformas de postos, delegacias e sedes administrativas que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país. Inclui a renovação de frota, modernização	03/11/2022 12:27:22

10000000	Nessa iniciativa, a PF terá condições de investir em aquisição de veículos policiais e equipamentos voltados para a melhoria de investigações e trabalhos gerais. Inclui a renovação de frota, modernização da infraestrutura das unidades da PF para a segurança e proteção social.	03/11/2022 12:27:22
100000000	Esta emenda tem por objetivo auxiliar no reaparelhamento das unidades especializadas em investigação e repressão ao tráfico de drogas para o desenvolvimento de ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades. (Fundo Nacional Antidrogas).	03/11/2022 17:13:29
30000000	A presente emenda visa ampliar o investimento na política pública de inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza. A situação de pandemia que vivemos, aumentou o desemprego, e levou muitos brasileiros para a situação de pobreza. Cabe a União garantir recursos para prover condições a inclusão produtiva dessas famílias.	03/11/2022 17:26:52

50000000	A presente emenda visa o desenvolvimento de estratégias de avaliação, qualificação e manutenção dos serviços de acolhimento residencial transitório (comunidades terapêuticas); qualificação da rede de cuidados; ações de reinserção social com ênfase em iniciativas que envolvam moradia social, geração de renda, trabalho e cooperativismo social beneficiando pessoas em situação de vulnerabilidade social e com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.	03/11/2022 17:26:52
70000000	Essa emenda visa regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas. Atualmente, 11 FPEs atuam na Amazônia Legal brasileira. Sua área de atuação abrange a Amazônia Legal e áreas de fronteira, oito unidades federativas, 71 terras indígenas e uma superfície maior que 77 milhões de hectares. Essas Frentes atuam em 40% do total destas terras indígenas no país e em 69% somente na Amazônia Legal. Atuando por meio das Bases de Proteção Etnoambiental - BAPes, estruturas localizadas em lugares ermos no interior das terras indígenas, as FPEs estão presentes com equipes de forma ininterrupta, durante os 365 dias do ano, realizando controle de ingresso nas terras indígenas, ações de localização e monitoramento de povos indígenas isolados, ações de vigilância permanente e fiscalização em conjunto com outros órgãos públicos, além de diálogo com o entorno indígena e não-indígena, bem como ações de promoção dos direitos dos povos de recente contato.	03/11/2022 17:26:52

70000000	Esta emenda tem por objetivo ampliar o montante de recursos programados para a Ação 21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos	03/11/2022 17:26:52
200000000	Esta emenda tem por objetivo ampliar o montante de recursos programados para a Ação 21BM, principalmente ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, buscando a promoção de sua autonomia e bem-estar.	03/11/2022 17:26:52
50000000	A presente emenda visa ampliar o investimento em ações de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. A situação de pandemia que vivemos, aumentou bruscamente a situação de vulnerabilidade dos Povos Indígenas, levando muitos para a situação de extrema miséria. Cabe a União, garantir recursos para garantir condições de vida digna aos Povos Indígenas.	03/11/2022 17:26:52
118014137	A emenda propõe remanejamento de recursos dentro da Reserva de Contingência Fiscal Primária para permitir a implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, conforme autorização constante do caput do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436/2022).	03/11/2022 17:35:16
0		03/11/2022 17:35:16
60000000	ggggg	04/11/2022 12:30:00

60000000	A presente emenda tem por objetivo auxiliar o fortalecimento dos órgãos que executam ou apoiam ações de repressão ao tráfico de drogas, a melhorar a qualidade das ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico com foco na desarticulação financeira de organizações criminosas relacionadas ao tráfico, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades.	04/11/2022 12:30:00
25000000	Diante do incremento na quantidade de missões a serem executadas por meios aéreos com vistas ao intenso e eficaz combate ao crime organizado em todo o território nacional, o que tem demandando uma atuação eficiente e sigilosa da Polícia Federal, notadamente na região amazônica, onde a locomoção por vezes é inviável nas modalidades terrestre e fluvial, o órgão tem atuado no desenvolvimento do Projeto "BAC- Amazonas" - base do Comando de aviação na região amazônica, inaugurada em 22/03/2022 - sediada, no primeiro momento, em Manaus/AM, onde serão mantidos, para pronto emprego institucional, aeronaves de asa fixa e futuramente de asa rotativa, sendo, atualmente, os GRAND CARAVAN C208B, matrículas PR-AAB e PR-AAC, as principais ferramentas de apoio às operações policiais naquela região, tais como as relacionadas a crimes ambientais (extração ilegal de minérios e metais nobres, de madeira etc.), os quais representam os tipos penais mais constatados na região. A frota atual de monomotores, quais sejam os 2 (dois) GRAND CARAVAN C208B (PR-AAB e o PR-AAC), aeronaves fora de linha,	04/11/2022 16:05:07

50000000	Desenvolvimento de Políticas, Projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e ao fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	04/11/2022 16:12:24
----------	---	--------------------------------

52000000	Planejamento e execução de atividades de fiscalização, resgate, atendimento de acidentes, educação para a segurança viária e demais atividades relacionadas com as atribuições legais da PRF. Planejamento e execução de escoltas de cargassuperdimensionadas, bem como para a escolta de dignitários, delegações estrangeiras e relacionadas a Grandes Eventos. Promover operações e ações para combater os crimes contra os Direitos Humanos, dentre eles: exploração sexual de crianças e adolescentes; trabalho infantil; tráfico de pessoas e trabalho análogo ao escravo. Implementar a utilização da tecnológica do Projeto do Mapear que identifica pontos vulneráveis para agir de forma preventiva, educativa e repressiva no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em todo território nacional. Realizar ações operacionais e de gestão com o objetivo de capacitar e nivelar o conhecimento dos Policiais Rodoviários Federais voltadas à educação no trânsito, bem como ao processo de aprendizagem nas escolas. Pagamento de despesas de custeio, diárias, passagens, contratações de pessoas física e jurídica.	04/11/2022 16:12:24
----------	---	--------------------------------

50000000	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, que se destina ao sensoriamento, ao apoio à decisão e ao apoio às operações, a fim de permitir o monitoramento e o controle de forma efetiva das áreas de fronteira da Amazônia, do Centro- Oeste e do Sul, bem como à atuação rápida e adequada do Poder Público, cooperando, dessa maneira, para a defesa da pátria, a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais. O Programa Estratégico SISFRON provê capacidades que contribuem decisivamente para o Exército no cumprimento das missões decorrentes de sua destinação constitucional, prevista no art. 142 da Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar nº 97 / 1999, alterada pelas leis complementares nº 117 / 2004 e nº 136 / 2010, no tocante às ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre. Nesse contexto, cabe às Forças Armadas	04/11/2022 16:12:24
----------	--	--------------------------------

42000000	A presente emenda é destinada ao aprimoramento da infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal. Emenda com a finalidade de aprimorar a infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal. O Órgão tem enfrentado diuturnamente a exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho escravo, o trabalho infantil, a jornada exaustiva do caminhoneiro, o tráfico de pessoas, crimes ambientais etc. Tais questões, inserem-se no planejamento estratégico do órgão, que defende as questões referentes à dignidade humana, na busca de uma segurança pública de qualidade a população. Na intenção de incrementar o orçamento da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de atuação do órgão, tais como trânsito, combate ao crime, roubo a cargas, contrabando e descaminho, especialmente nos Estados de fronteira, como é o caso de Mato Grosso do Sul. Melhoraria das instalações da PRF.	04/11/2022 16:12:24
118014137	A emenda propõe remanejamento de recursos dentro da Reserva de Contingência Fiscal Primária para permitir a implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, conforme autorização constante do caput do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436/2022).	04/11/2022 16:29:02
0		04/11/2022 16:31:53

100000000 presente emenda visa garantir recursos 04/11/2022
para a política de Delimitação, Demarcação 17:20:35
e Regularização Fundiária de Terras
Indígenas:
promoção da proteção das terras indígenas
por intermédio da identificação, da
delimitação, da demarcação física e da
regularização
fundiária, visando assegurar o direito dos
índios à posse e ao usufruto das terras
tradicionalmente que ocupam; e das
reservas indígenas
a eles destinadas que permitam a
manutenção e o desenvolvimento de seus
modos de vida e atividades socioculturais,
constituídas
através da aquisição de terras e/ou doação
de terceiros, aquisição esta executada por
edital de seleção ou decreto de
desapropriação
por interesse social. Política de Proteção
Territorial de Terras Indígenas: por meio
de ações de vigilância e fiscalização, a fim
de evitar
que as terras indígenas sejam ou
permaneçam invadidas ou exploradas por
terceiros, assegurando aos índios a
integridade do seu
território e do seu patrimônio natural.
Comprovada a presença de invasores

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	04/11/2022 17:20:35
75000000	Aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa do consumidor, cursos de formação e de capacitação presenciais e virtuais, oficinas, congressos, reuniões, boletins, divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, notas técnicas de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, publicações na temática consumerista, medidas preventivas e de repressão às condutas infrativas, aprimoramento e divulgação das plataformas de informações de defesa do consumidor e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor	04/11/2022 17:20:35

60000000	Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal	04/11/2022 17:27:22
187528880	O investimento em políticas públicas voltadas à política de imigração e combate à corrupção são basilares na efetividade da justiça social. Sendo assim, o apoio à Secretaria Nacional de Justiça - Senajus é primordial para este fim. Dentre as suas competências, destacam-se a coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; a negociação de acordos e a formulação de políticas de cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal; as ações relativas à recuperação de ativos; bem como promover e fomentar, em parceria com os demais órgãos da Administração Pública Federal, a formulação e a implementação das seguintes políticas: a) política nacional de migrações, refúgio e apatridia, especialmente no que se refere à nacionalidade, à naturalização, ao regime jurídico e à migração; b) política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas; c) política pública de classificação indicativa; e d) políticas públicas de modernização, aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça.	07/11/2022 10:39:23

180000000	Esta emenda tem por objetivo auxiliar no fortalecimento dos órgãos que executam ou apoiam ações de repressão ao tráfico de drogas, por meio da aquisição de veículos, para ampliar recursos materiais visando sustentar as ações de desarticulação das organizações criminosas, apreensão e destruição de substâncias proscritas. Visa também contribuir para operações repressivas e ações integradas entre os órgãos federais, estaduais e distrital, para redução da oferta de drogas ilícitas, com o objetivo de combater o tráfico de drogas e crimes conexos.	07/11/2022 10:39:23
100000000	A presente emenda tem por objetivo promover o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à segurança pública e, portanto, à prevenção da criminalidade. Neste sentido, dada a relevância da capacitação dos profissionais integrantes do Susp, a partir de uma perspectiva de autodesenvolvimento capaz de gerar impacto significativo na prestação do serviço público na área de segurança para a sociedade, foi instituído, por meio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - Sievap. O Sievap é constituído, entre outros, pelos seguintes programas: matriz curricular nacional; Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - Renaesp; Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública - Rede EaD-Senasp; e o programa nacional de qualidade de vida para segurança pública e defesa social. A partir da implementação de ações de ensino nas modalidades de ensino presencial e ensino à distância ofertadas a estes profissionais, são esperados resultados positivos, em especial, elevação dos índices de produtividade e melhoria do nível gerencial, técnico e operacional. Ao criar as condições ideais para o processo	07/11/2022 10:39:23

200000000	Conforme artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais. A ação orçamentária “200G – Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal” tem caráter prioritário, vez que proporciona os meios para que haja a integração entre os diversos órgãos de segurança pública de governo. A referida ação contempla a construção, ampliação e reforma de postos, delegacias e sedes administrativas, além do levantamento das necessidades de intervenções nas instalações físicas da Polícia Rodoviária Federal. Sendo assim, defende-se a execução da meta proposta de forma a promover a melhoria dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade, através da construção, ampliação e reforma de suas instalações físicas.	07/11/2022 10:39:23
-----------	--	--------------------------------

3200000000	A emenda utiliza da prerrogativa do Congresso Nacional na recomposição dos recursos da ação orçamentária (00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº 14.118, de 2021)) do Programa Casa Verde e Amarela, incluindo regularização fundiária e melhorias habitacionais, hoje (OGU 2022), o programa tem R\$ 665,1 milhões como orçamento. A quantia já é considerada insuficiente para a construção de novas habitações, de acordo com Ministério do Desenvolvimento Regional. O acréscimo de recursos vai permitir a continuidade das unidades já contratadas, bem como a retomada das obras dos residenciais paralisados e projetos de regularização fundiária, além do início de ciclos de novas contratações.	07/11/2022 11:00:18
3500000000	A emenda recria a ação Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social no PLOA 2023, e com o acréscimo dos recursos aqui propostos, estabelece um vínculo direto com entes federados na produção habitacional com oferta gratuita de casas do programa Casa Verde Amarela em todo do território nacional.	07/11/2022 11:00:19
118014137	A emenda propõe remanejamento de recursos dentro da Reserva de Contingência Fiscal Primária para permitir a implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal, conforme autorização constante do caput do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436/2022).	07/11/2022 12:21:17

3200000000	A emenda utiliza da prerrogativa do Congresso Nacional na recomposição dos recursos da ação orçamentária (00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº 14.118, de 2021)) do Programa Casa Verde e Amarela, incluindo regularização fundiária e melhorias habitacionais, hoje (OGU 2022), o programa tem R\$ 665,1 milhões como orçamento. A quantia já é considerada insuficiente para a construção de novas habitações, de acordo com Ministério do Desenvolvimento Regional. O acréscimo de recursos vai permitir a continuidade das unidades já contratadas, bem como a retomada das obras dos residenciais paralisados e projetos de regularização fundiária, além do início de ciclos de novas contratações.	07/11/2022 15:22:05
3500000000	A emenda recria a ação Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social no PLOA 2023, e com o acréscimo dos recursos aqui propostos, estabelece um vínculo direto com entes federados na produção habitacional com oferta gratuita de casas do programa Casa Verde Amarela em todo do território nacional.	07/11/2022 15:22:05

100000000	A principal atuação da Senacon ao apoio e fomento a projetos de defesa de direitos difusos será através de Transferências voluntárias, por meio de convênios e instrumentos congêneres, projetos aprovados pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos que tem por finalidade a prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros direitos difusos e coletivos.	07/11/2022 15:37:23
150000000	Essa emenda visa a implementação de ações que garantam e promovam os direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Promoção da ampliação e qualificação das alternativas penais em substituição à privação de liberdade. Fomento e fortalecimento das corregedorias, ouvidorias e conselhos da comunidade. Mapeamento e atendimento das necessidades de estruturação e modernização do sistema penitenciário e aquisição de equipamentos de segurança (monitoramento, inteligência, armamento, etc.). Implantação de um conjunto de iniciativas que terão como resultado a produção de informações para subsidiar a tomada de decisões, visando aprimorar o gerenciamento do sistema penitenciário com objetivo de atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado. Apoio às construções/ampliações de módulos de saúde, educação, trabalho e outros serviços nos estabelecimentos penais dos entes federados, através de transferências voluntárias e/ou contratos de repasse. Absorção dos encargos relativos à contratação temporária e excepcional de	07/11/2022 15:37:23

100000000	Direitos Sociais e Cidadania: ações de desenvolvimento e consolidação do acesso qualificado dos indígenas às Políticas Públicas de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais, de Infraestrutura Comunitária e de Promoção da Cidadania. Abrange ações de acompanhamento, monitoramento e participação, por meio de articulações e parcerias interinstitucionais; apoio à informação, à formação e à mobilização indígena, com vistas à garantia do direito ao acesso à documentação básica, ao exercício da cidadania e à discussão, avaliação e controle social de políticas públicas; apoio à iniciativas de fortalecimento dos processos educativos próprios dos povos indígenas e a projetos de infraestrutura comunitária, inclusive dos povos indígenas de recente contato. Gestão ambiental e territorial: ações desenvolvidas no âmbito das Políticas de Etnodesenvolvimento, Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Licenciamento ambiental. Abrange ações de promoção da autonomia produtiva das comunidades indígenas com vistas à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda, orientando-se pela noção de etnodesenvolvimento, através de planejamento participativo e da execução	07/11/2022 15:37:23
-----------	---	------------------------

100000000	A presente emenda tem como objetivo garantir recursos para o desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em Segurança Pública na prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e fortalecimento da Segurança Pública. Estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas. Capacitação e valorização profissional. Saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	07/11/2022 15:37:23
-----------	--	------------------------

150000000	Essa emenda visa regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas. Atualmente, 11 FPEs atuam na Amazônia Legal Brasileira. Sua área de atuação abrange a Amazônia Legal e áreas de fronteira, oito unidades federativas, 71 terras indígenas e uma superfície maior que 77 milhões de hectares. Essas Frentes atuam em 40% do total destas terras indígenas no país e em 69% somente na Amazônia Legal. Atuando por meio das Bases de Proteção Etnoambiental - BAPEs, estruturas localizadas em lugares ermos no interior das terras indígenas, as FPEs estão presentes com equipes de forma ininterrupta, durante os 365 dias do ano, realizando controle de ingresso nas terras indígenas, ações de localização e monitoramento de povos indígenas isolados, ações de vigilância permanente e fiscalização em conjunto com outros órgãos públicos, além de diálogo com o entorno indígena e não-indígena, bem como ações de promoção dos direitos dos povos de recente contato.	07/11/2022 15:37:23
100000000	Esta emenda visa destinar recursos para o aprimoramento e manutenção da infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista a importância desses investimentos para melhoria dos serviços ofertados à população brasileira.	07/11/2022 15:37:23

100000000	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, Combate à Violência no Trânsito e Ações Educativas. Além de outras atividades relacionadas ao planejamento e realização de operações de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas), prevenção de acidentes e controle de trânsito, realiza operações policiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infantojuvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros. Atua na composição e manutenção de equipes de saúde, unidades de suporte básico e avançado de vida, destinadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações da PRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade supracitada; implantação e manutenção de sistemas	07/11/2022 15:37:23
-----------	---	------------------------

100000000	A Promoção da Política Nacional de Justiça se dá por meio da implementação de projetos de democratização do acesso à cidadania, à justiça e à promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, em parceria com instituições do sistema de Justiça e demais atores (inclusive organismos internacionais). Realização de eventos, tais como: cursos de Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional - Grotius, Oficinas de Classificação indicativa (o direito à liberdade de expressão e o dever de proteção dos direitos das crianças e adolescentes) e fóruns de construção consensuada e entrega de produtos específicos e de planos de implementação. Estabelecimento de parcerias, implementação de política migratória sob a perspectiva da justiça e da cidadania. Negociação de acordos internacionais., realização de cooperação jurídica internacional (tais como: pedidos de cooperação em matéria civil e penal).	07/11/2022 15:37:23
100000000	Esta emenda tem por objetivo auxiliar no reaparelhamento das unidades especializadas em investigação e repressão ao tráfico de drogas para o desenvolvimento de ações voltadas ao combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado vinculado ao narcotráfico, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades. (Fundo Nacional Antidrogas)	07/11/2022 15:37:23

100000000	Esta emenda objetiva destinar recursos para construção, reforma, ampliação e estruturação das unidades da polícia federal, com a consequente aquisição de equipamentos e mobiliário necessários à operacionalização das unidades construídas, reformadas ou ampliadas, além de suas atualizações decorrentes, visando propiciar uma estrutura adequada para a atuação de excelência do Departamento de Política Federal.	07/11/2022 15:37:23
100000000	Essa emenda tem por objetivo a instauração, instrução e conclusão de Investigações Policiais e de Ações de Fiscalização Específicas através do desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de diligências, perícias criminais, Interrogatórios, acareações, reconstituições; custeio de despesas com o deslocamento de policiais e contratos que propiciem a operacionalização da atividade do DPF; aquisição de equipamentos e veículos para a atividade fim; aquisição de equipamentos, bem como ações de patrulhamento marítimo, lacustre e fluvial; auditorias, visitas técnicas e auditorias em aeroportos; e de outras ações relevantes à elucidação de crimes. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, candidatos à Presidência da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Operações de	07/11/2022 15:37:23

150000000

A presente emenda visa a formulação, implementação e apoio a políticas e iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos para todos, incluindo a implantação, ampliação, modernização, bem como a realização de benfeitorias, de equipagem de espaços, provisórios ou permanentes. Promoção e divulgação de ações, estratégias e boas práticas de prevenção e enfrentamento às violações de direitos. Formação em direitos humanos. Formação, capacitação e qualificação de agentes públicos e privados que atuam com políticas de direitos humanos. Realização de eventos e campanhas formativos e educativos. Desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas e publicações sobre direitos humanos. Apoio a serviços públicos municipais, estaduais e federais de atendimento e assistência.

07/11/2022

15:37:23

20000000	O Programa Estratégico SISFRON provê capacidades que contribuem decisivamente para o Exército no cumprimento das missões decorrentes de sua destinação constitucional, prevista no art. 142 da Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar nº 97 / 1999, alterada pelas leis complementares nº 117 / 2004 e nº 136 / 2010, no tocante às ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre. Nesse contexto, cabe às Forças Armadas atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo. O Programa possui como benefícios diretos à sociedade previstos em sua declaração de escopo: 1. o fortalecimento da Capacidade Operativa da Força Terrestre na Defesa da Pátria, em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em ações subsidiárias, atuando isoladamente, em operações conjuntas e no trabalho em ambiente interagências, na faixa de fronteira; 2. o fortalecimento da presença e ação do Estado na faixa de fronteira; 3. a contribuição para a capacidade de monitoramento e controle da faixa de fronteira.	07/11/2022 15:37:52
200000000	O Senador Fernando Bezerra Coelho através desta emenda visa promover a articulação institucional e a execução de ações para formação de atores da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), produção de conhecimento, tecnologia, além de atividades e projetos da política sobre drogas.	07/11/2022 15:54:20

300000000	O Senador Fernando Bezerra Coelho apresenta esta emenda com o intuito de melhorar o desenvolvimento de políticas, projetos e atividades em segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento e ao fortalecimento da segurança pública A emenda objetiva também a estruturação e modernização dos órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais que estejam alinhados aos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e às diretrizes estratégicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, desenvolvimento e apoio na realização de atividades de inteligência, de operações integradas, de incidentes e crises, de integração entre agências e prevenção social, foco em populações vulneráveis em áreas críticas, capacitação e valorização profissional., a saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e defesa civil.	07/11/2022 15:54:20
300000000	O Senador Fernando Bezerra Coelho visa através desta emenda gerar o aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa do consumidor, cursos de formação e de capacitação presenciais e virtuais, oficinas, congressos, reuniões, boletins, divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, notas técnicas de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, publicações na temática consumerista, medidas preventivas e de repressão às condutas que geram infrações, aprimoramento e divulgação das plataformas de informações de defesa do consumidor e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor.	07/11/2022 15:54:20

300000000	Com implementação e equipagem da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres vítimas de violência que oferecerão serviços para defesa dos seus direitos, acompanhamento e orientação psicossocial, jurídica, avaliação de riscos e proteção da vida, prevenção de violações de direitos e agravos à saúde e promoção da cidadania e autonomia econômica. O equipamento será incorporado ao patrimônio dos Estados e Municípios após sua implementação. O Senador Fernando Bezerra Coelho apresenta emenda de comissão com intuito de contribuir para o desenvolvimento e implementação deste trabalho do Estado em apoio as mulheres.	07/11/2022 15:54:20
250000000	A emenda apresentada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho tem como objetivo a promoção e a defesa de direitos humanos para todos através do incentivo desses próprios direitos humanos. Através desta emenda, a contribuição à esse Princípio basilar da humanidade de preservar os direitos humanos se torna cada vez mais concreto.	07/11/2022 15:54:20

115000000	A emenda visa garantir recursos para erradicação do trabalho infantil, bem como, assegurar atendimento, acompanhamento especializado e serviços de acolhimento para famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos ameaçados ou violados, contribuindo para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos ou contingências, proteção integral quando necessário, e fortalecimento da função protetiva da família. Cabe ressaltar que, conforme artigo 12 inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), em situações de emergências e calamidades, compete ao Governo Federal atuar diretamente em conjunto com os demais entes federativos antes, durante e após eventos que causem emergências socioassistenciais. Adicionalmente, outras ações diretas podem ser executadas, de modo a elaborar e aprimorar serviços e programas de média e alta complexidade.	07/11/2022 17:06:34
-----------	--	------------------------

140000000

A presente emenda visa garantir recursos para projetos de proteção a testemunhas, defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e pessoas ameaçadas de morte e seus familiares, e pessoas vítimas de tortura. Projetos de formação e capacitação de atores públicos e privados que atuam direta e indiretamente com os programas estaduais e federais de proteção à vida, prevenção e combate à tortura, e de enfrentamento à letalidade e impunidade. Projetos de desenvolvimento e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimentos, ações, estratégias e boas práticas voltadas para a proteção da vida, a prevenção e o combate à tortura, e o enfrentamento à letalidade e impunidade.

07/11/2022

17:06:34

250000

CNPJ beneficiado SIOP: 01.175.497/0001-41 07/11/2022 18:05:05

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é a instituição responsável pela Inteligência de Estado e tem como tarefa buscar a antecipação de fatos e situações relevantes antes que estas se configurem problemas para o País. Nesse contexto, informações apontam para a diversificação dos modos de atuação por parte de grupos criminosos atuantes no território brasileiro. A carência de dados exclusivos sobre o assunto e a necessidade de identificação de redes criminosas dirigidas à prática de ilícitos transnacionais ao longo da fronteira marítima, aérea e terrestre colocam em evidência a necessidade de ações e eventos que aproximem cada vez mais os entes estatais envolvidos na temática. Com o intuito de manter um profícuo canal de diálogo entre as organizações que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência na temática de Ilícitos Fronteiriços, bem como fortalecer a atuação integrada no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras faz-se necessária a realização de eventos temáticos, com foco na troca de informações e de experiências entre aqueles que vivenciam a dinâmica de

Ementa

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal - Emenda à
Despesa para inclusão do impacto primário

(cópia) VEN - CCJ - Policiamento,
Fiscalização, Combate à Criminalidade

(cópia) VEN - CCJ - Ministério da Justiça -
Articulação de Política Pública sobre
Drogas

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal
CSP - Polícia Rodoviária

CCJ - Proteção dos Povos Índigenas

CSP - Política Pública sobre Drogas

CCJC - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

SISFRON

Implementação plena da Gratificação de
Desempenho dos servidores do Senado
Federal - Emenda à Despesa para inclusão
do impacto primário

Implementação plena da Gratificação de
Desempenho dos servidores do Senado
Federal

CCJ - Apoio à Implementação da Política
Nacional de Segurança da Informação

CCJ - Gestão das políticas de previdência e
trabalho

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção, e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Aprimoramento do Sistema
Penitenciário Nacional e Incentivo ao
Desenvolvimento da Inteligência
Penitenciária

CCJ - Aprimoramento da Segurança Pública
Nacional

CCJ - Atuação da Força Nacional de
Segurança Pública

CCJ - Assistência Jurídica a Pessoas
Carentes

CCJ - Aprimoramento Institucional da
Polícia Federal

CCJ - Aprimoramento Institucional da
Polícia Federal

21BM - JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

CCJ - Política Pública sobre Drogas

CCJ - Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

CCJ - Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS - Permitir a inserção do cidadão no mercado de trabalho por intermédio da emissão de CTPS Física e Digital, utilizando sistema informatizado e aplicativo que permita ao cidadão o acesso, o controle e a fiscalização de seus vínculos laborais.

CCJ - Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção

CCJ - Prestação de Assistência Jurídica ao
Cidadão

CCJ - Prevenção e Repressão ao Tráfico
Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados
contra Bens, Serviços e Interesses da União

CCJ - Racionalização e Modernização do
Sistema Penal

CCJ - Aprimoramento da Infraestrutura da
Polícia Rodoviária Federal

201E - JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA -
POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS

(cópia) Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados - CCJ, CDH,
CTFC

(cópia) Programa de Erradicação do
Trabalho Infantil - CJJ, CAS, CDH

(cópia) Promoção, Defesa e Proteção dos
Direitos da Criança e do Adolescente -
CSP, CDH, CCJ

(cópia) Proteção e Defesa do Consumidor -
CTFC e CJJ

Sen Soraya Thronicke CCJ 1

Sen Soraya Thronicke CCJ 2

CCJ - Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

CCJ - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

CCJ - Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

CCJ - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

CCJ - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

CCJ - Promoção, Defesa e Proteção dos
Direitos da Criança e do Adolescente.

CCJ - Proteção e Defesa do Consumidor.

Emenda de Comissão CCJ - 21BM -
Desenvolvimento de Políticas de Segurança
Pública, Prevenção, e Enfrentamento à
Criminalidade

Emenda de Comissão CCJ - Ação 20IE -
Articulação de Política Pública sobre
Drogas

Emenda de Comissão CCJ - Ação 21AR -
Promoção e Defesa de Direitos Humanos
para todos

Emenda de Comissão CCJ - Ação 21BO -
Proteção e Promoção dos Direitos dos
Povos Indígenas

(cópia) Promoção, Defesa e Proteção dos
Direitos da Criança e do Adolescente -
CSP, CDH, CCJ

(cópia) Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados - CCJ, CDH,
CTFC

(cópia) Programa de Erradicação do
Trabalho Infantil - CJJ, CAS, CDH

(cópia) Proteção e Defesa do Consumidor -
CTFC e CJJ

02 CCJ - Povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Emenda de Inclusão

01 CCJ - Combate à Criminalidade e Corrupção

CCJ - Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados

CCJ - Promoção, Defesa e Proteção dos
Direitos da Criança e do Adolescente

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção, e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Policiamento Ostensivo nas Rodovias
e Estradas Federais, Combate à Violência
no Trânsito e Ações Educativas

CCJ - COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

CCJ - Articulação de Política Pública sobre
Drogas

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Gestão da Política de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

CCJ - Policiamento, Fiscalização, Combate à
Criminalidade e Corrupção

CCJ - Prevenção e Repressão ao Tráfico
Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados
contra Bens, Serviços e Interesses da União

201E - JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA -
POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS

CCJ - Promoção da Inclusão Produtiva de
Pessoas em Situação de Pobreza

CCJ - Articulação de Política Pública sobre
Drogas

CCJ - Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados

CCJ - Promoção e Defesa de Direitos para
Todos

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Proteção e Promoção dos Direitos
dos Povos Indígenas

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal - Emenda à
Despesa para inclusão do impacto primário

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal

(cópia) VEN - CCJ - Policiamento,
Fiscalização, Combate à Criminalidade

(cópia) VEN - CCJ - Ministério da Justiça -
Articulação de Política Pública sobre
Drogas

(cópia) POLÍCIA FEDERAL - AQUISIÇÃO DE
AERONAVES (CCJ)

CCJ - 21BM - Desenvolvimento de Políticas
de Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - 2723 - PRF - Policiamento,
Fiscalização, Combate à Criminalidade e
Corrupção

CCJ - Exército Brasileiro – Implantação do
Sistema Integrado de Monitoramento de
Fronteiras (SISFRON)

CCJ - 154T - Construção de unidades
operacionais e administrativas da PRF

Comissões - Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal - Emenda à
Despesa para inclusão do impacto primário

COMISSÕES - Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal

CCJ - Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados

CCJ - Programa de Erradicação do Trabalho
Infantil

CCJ - Proteção e Defesa do Consumidor

CCJ - Assistência Jurídica a Pessoas
Carentes.

CCJ - Jorge Kajuru - Promoção da Política
Nacional de Justiça

CCJ - Jorge Kajuru - Articulação de Política
Pública sobre Drogas

CCJ - Jorge Kajuru - Desenvolvimento de
Políticas de Segurança Pública, Prevenção
e Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Jorge Kajuru - Construção, Ampliação
e Reforma de Instalações da Polícia

EMENDA CDR - REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA e PROGRAMA CVA - MDR

EMENDA CDR - Apoio à Produção
Habitacional de Interesse Social -
PROGRAMAS CASA VERDE E AMARELA

(cópia) Implementação plena da
Gratificação de Desempenho dos
servidores do Senado Federal - Emenda à
Despesa para inclusão do impacto primário
(apropriação)

EMENDA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e
PROGRAMA CVA - MDR

EMENDA - Apoio à Produção Habitacional
de Interesse Social - PROGRAMAS CASA
VERDE E AMARELA

CCJ - 2334 - Proteção e Defesa do
Consumidor

CCJ - 21BP - Aprimoramento do Sistema
Penitenciário Nacional e Incentivo ao
Desenvolvimento da Inteligência
Penitenciária

CCJ - 21BO - Proteção e Promoção dos
Direitos dos Povos Indígenas

CCJ - 21BM - Desenvolvimento de Políticas
de Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - 20UF - Regularização, Demarcação e
Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção
dos Povos Indígenas Isolados

CCJ - 154T - Construção de unidades
operacionais e administrativas da PRF

CCJ - 2723 - Policiamento, Fiscalização,
Combate à Criminalidade e Corrupção

CCJ - 2017 - Promoção da Política Nacional
de Justiça

CCJ - 201E - Articulação de Política Pública
sobre Drogas

CCJ - 15F9 - Aprimoramento da
Infraestrutura da Polícia Federal

CCJ - 2726 - Prevenção e Repressão ao
Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes
Praticados contra Bens, Serviços e
Interesses da União

CCJ - 21AR - Promoção e Defesa de Direitos
Humanos para todos

CCJ - 14T5 - Exército Brasileiro -
Implantação do Sistema Integrado de
Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

CCJ- Articulação de Política Pública sobre
Drogas

CCJ - Desenvolvimento de Políticas de
Segurança Pública, Prevenção e
Enfrentamento à Criminalidade

CCJ - Proteção da Defesa do Consumidor

CCJ - Apoio à implementação da Casa da
Mulher Brasileira e de Centros de
Atendimento às Mulheres em Situação de
Violência

CCJ-PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS
HUMANOS PARA TODOS - CONSELHO
TUTELAR

(cópia) Programa de Erradicação do
Trabalho Infantil - CCJ, CAS, CDH

(cópia) Promoção, Defesa e Proteção dos
Direitos da Criança e do Adolescente -
CSP, CDH, CCJ

CCJ - Presidência da República - Agência
Brasileira de Inteligência (ABIN) - Emenda
Individual - Eventos do SISBIN na Região
Centro Oeste



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ, sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023 – Projeto de Lei nº 32/2022-CN (Mensagem nº 494/2022, na origem).

Relator: **Senador Mecias de Jesus**

1 Relatório

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, Projeto de Lei nº 32/2022-CN – PLOA 2023, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2022 a 14/11/2022 para apresentação de emendas ao PLOA 2023.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao PLOA. As emendas de comissão à despesa, em número de até 4 de apropriação e de até 4 de remanejamento, e ao texto do projeto, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem também possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLOA 2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 123 sugestões de emendas apresentadas pelas Senadoras Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Nilda Gondim,



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Simone Tebet e Soraya Thronicke e pelos Senadores Alessandro Vieira, Carlos Portinho, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Jader Barbalho, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Paulo Paim, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Rogério Carvalho, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda pela Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

2 Análise

Foram apresentadas no âmbito desta Comissão 5 indicações de emendas ao texto e 3 de emendas de remanejamento, todas relacionadas à implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de 4 emendas desse tipo reservadas à CCJ. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minuciosa, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Consideramos que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, selecionamos, como critério primordial, programações orçamentárias com bom número de indicações pelos parlamentares, alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Levando em consideração a preocupação demonstrada pelos nobres pares com a segurança pública e o combate à criminalidade, temáticas que englobam as ações mais sugeridas nas indicações, propomos emendas que destinem recursos às seguintes ações:



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

“21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional”, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi objeto de indicações de 15 parlamentares, na forma da sugestão de nº 11, com valor de R\$ 100,0 milhões;

“2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional”, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi objeto de indicações de 3 parlamentares, na forma da sugestão de nº 94, com valor de R\$ 100,0 milhões;

“201E – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional”, no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas, sugerida por 13 parlamentares, na forma da sugestão de nº 36, com valor de R\$ 100,0 milhões;

“2334 – Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional”, sugerida por 6 parlamentares, na forma da sugestão de nº 118, com valor de R\$ 100,0 milhões.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais. As propostas de emenda de remanejamento, relativas a despesas com pessoal do Senado Federal, não puderam ser aceitas por conflitarem com o disposto no art. 45 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, ao indicarem acréscimos e cancelamentos em dotações de grupo de natureza de despesa distintos. Sendo assim, as propostas de emendas ao texto, complementares ao pleito, foram consideradas prejudicadas.

3 Voto

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2023, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas, conforme o seguinte quadro:

Nº CCJ ¹	Nº Sug. ²	UO	Ação	Valor (R\$)	Sugestões ³
1	11	30101	21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional	100.000.000,00	3,9,11,12,18 25,51,64,68 77,81,84,96 106 e 117



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2	94	30101	2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional	100.000.000,00	94, 110 e 41
3	36	30912	201E – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional	100.000.000,00	4,8,26,36,52 66,67,72,74 82,95,111 e 116
4	118	30101	2334 – Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	100.000.000,00	40,50,58,92, 103 e 118.

1. Número da emenda a ser apresentadas pela CCJ à CMO;
2. Número da sugestão de emenda a ser utilizada como referência pela Secretaria da CCJ para enviar as emendas à CMO pelo LEXOR;
3. Números das sugestões de emendas apresentadas tendo a ação por objeto.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive eventuais ajustes técnicos ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2023.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2022.

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente

Senador **Mecias de Jesus**
Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Anexo – Sugestões de Emendas ao PLOA 2023

Nº	Tipo	Nome do Autor	Nome UO	Ação	Ação descrição	Valor R\$ 1,00
1	TEX	Veneziano Vital do Rêgo				-
2	REM	Nilda Gondim	Senado Federal	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	118.014.137
3	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	60.000.000
4	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	60.000.000
5	TEX	Nilda Gondim				-
6	APR	Alessandro Vieira	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	100.000.000
7	APR	Alessandro Vieira	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	50.000.000
8	APR	Alessandro Vieira	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	100.000.000
9	APR	Alessandro Vieira	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	50.000.000
10	APR	Alessandro Vieira	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	00SN	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional	20.000.000
11	APR	Jader Barbalho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.000.000
12	APR	Omar Aziz	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	300.000.000
13	APR	Omar Aziz	Comando do Exército	14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	707.397.892
14	REM	Rogério Carvalho	Senado Federal	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	118.014.137
15	TEX	Rogério Carvalho				-
16	APR	Randolfe Rodrigues	Presidência da República	21AP	Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação	1.176.000
17	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta	21AX	Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho - Nacional	29.045.084
18	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	1.500.000
19	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Penitenciário Nacional	21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária	319.529.004



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

20	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional Antidrogas	21BR	Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime - Nacional	50.000.000
21	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional de Segurança Pública	2B00	Atuação da Força Nacional de Segurança Pública	342.672.882
22	APR	Randolfe Rodrigues	Justiça Federal de Primeiro Grau	4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional	60.000.000
23	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal - Nacional	20.500.022
24	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal - Nacional	20.500.022
25	APR	Marcos do Val	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.000.000
26	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	31.462.672
27	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Cidadania - Administração Direta	20R9	Redução da Demanda de Drogas - Nacional	196.000.000
28	APR	Randolfe Rodrigues	Presidência da República	219M	Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) - Nacional	640.000
29	APR	Randolfe Rodrigues	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BN	Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Nacional	2.520.000
30	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo de Amparo ao Trabalhador	2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional	600.000
31	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	320.000.000
32	APR	Randolfe Rodrigues	Defensoria Pública da União	2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	113.000.000
33	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Federal	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	210.000.000
34	APR	Randolfe Rodrigues	Fundo Penitenciário Nacional	00R3	Racionalização e Modernização do Sistema Penal - Nacional	16.000.000
35	APR	Randolfe Rodrigues	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	154T	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	216.732.422
36	APR	Marcos do Val	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	100.000.000
37	APR	Rogério Carvalho	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	100.000.000
38	APR	Rogério Carvalho	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000
39	APR	Rogério Carvalho	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AQ	Proteção do Direito à Vida - Nacional	140.000.000
40	APR	Rogério Carvalho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	75.000.000
41	APR	Soraya Thronicke	UO Genérica Geratriz - A.Gov. 05-Just.e Seg.Publ.	2017	Promoção da Política Nacional de Justiça	100.000.000
42	APR	Soraya Thronicke	Fundo Nacional Antidrogas	21BR	Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime - Nacional	67.246.460



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

43	APR	Soraya Thronicke	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BN	Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Nacional	100.000.000
44	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	00SN	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado do Rio Grande do Sul	600.000.000
45	APR	Paulo Paim	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	200.000.000
46	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	00SN	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - No Estado do Rio Grande do Sul	600.000.000
47	APR	Paulo Paim	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	200.000.000
48	APR	Paulo Paim	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000
49	APR	Paulo Paim	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AQ	Proteção do Direito à Vida - Nacional	140.000.000
50	APR	Paulo Paim	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	75.000.000
51	APR	Plínio Valério	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	500.000.000
52	APR	Plínio Valério	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	250.000.000
53	APR	Plínio Valério	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Nacional	200.000.000
54	APR	Plínio Valério	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	21BO	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	300.000.000
55	APR	Jean Paul Prates	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AQ	Proteção do Direito à Vida - Nacional	140.000.000
56	APR	Jean Paul Prates	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	100.000.000
57	APR	Jean Paul Prates	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000
58	APR	Jean Paul Prates	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	75.000.000
59	APR	Mara Gabrilli	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	21BO	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	200.000.000
60	APR	Mara Gabrilli	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	350.000.000
61	APR	Fabiano Contarato	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	100.000.000
62	APR	Fabiano Contarato	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000



SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

63	APR	Fabiano Contarato	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AQ	Proteção do Direito à Vida - Nacional	140.000.000
64	APR	Fabiano Contarato	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.000.000
65	APR	Fabiano Contarato	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	100.000.000
66	APR	Mecias de Jesus	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	140.000.000
67	APR	Vanderlan Cardoso	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	10.000.000
68	APR	Vanderlan Cardoso	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	10.000.000
69	APR	Vanderlan Cardoso	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BN	Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Nacional	10.000.000
70	APR	Vanderlan Cardoso	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	10.000.000
71	APR	Vanderlan Cardoso	Departamento de Polícia Federal	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	10.000.000
72	APR	Marcos do Val	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	100.000.000
73	APR	Eliziane Gama	Ministério da Cidadania - Administração Direta	20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza - Nacional	30.000.000
74	APR	Eliziane Gama	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	50.000.000
75	APR	Eliziane Gama	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	70.000.000
76	APR	Eliziane Gama	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Nacional	70.000.000
77	APR	Eliziane Gama	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	200.000.000
78	APR	Eliziane Gama	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	21BO	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	50.000.000
79	REM	Marcos do Val	Senado Federal	0201	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	118.014.137
80	TEX	Marcos do Val				-
81	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	60.000.000
82	APR	Veneziano Vital do Rêgo	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	60.000.000
83	APR	Marcos do Val	Departamento de Polícia Federal	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	25.000.000



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

84	APR	Nelsinho Trad	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	50.000.000
85	APR	Nelsinho Trad	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	52.000.000
86	APR	Nelsinho Trad	Comando do Exército	14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	50.000.000
87	APR	Nelsinho Trad	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	154T	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	42.000.000
88	APR	Nelsinho Trad	Senado Federal	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	118.014.137
89	TEX	Nelsinho Trad				-
90	APR	Humberto Costa	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	100.000.000
91	APR	Humberto Costa	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000
92	APR	Humberto Costa	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	75.000.000
93	APR	Paulo Paim	Justiça Federal de Primeiro Grau	4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional	60.000.000
94	APR	Jorge Kajuru	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	20I7	Promoção da Política Nacional de Justiça	187.528.880
95	APR	Jorge Kajuru	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	180.000.000
96	APR	Jorge Kajuru	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.000.000
97	APR	Jorge Kajuru	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	154T	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	200.000.000
98	APR	Roberto Rocha	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 14.118, de 2021) - Nacional	3.200.000.000
99	APR	Roberto Rocha	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	00TI	Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social - Nacional	3.500.000.000
100	APR	Rogério Carvalho	Senado Federal	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	118.014.137
101	APR	Carlos Portinho	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 14.118, de 2021) - Nacional	3.200.000.000
102	APR	Carlos Portinho	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	00TI	Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social - Nacional	3.500.000.000
103	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	100.000.000



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

104	APR	Simone Tebet	Fundo Penitenciário Nacional	21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária	150.000.000
105	APR	Simone Tebet	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	21BO	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	100.000.000
106	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	100.000.000
107	APR	Simone Tebet	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional	150.000.000
108	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	154T	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	100.000.000
109	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	100.000.000
110	APR	Simone Tebet	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2017	Promoção da Política Nacional de Justiça	100.000.000
111	APR	Simone Tebet	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	100.000.000
112	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Federal	15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal - Nacional	100.000.000
113	APR	Simone Tebet	Departamento de Polícia Federal	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	100.000.000
114	APR	Simone Tebet	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Nacional	150.000.000
115	APR	Simone Tebet	Comando do Exército	14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional	20.000.000
116	APR	Fernando Bezerra Coelho	Fundo Nacional Antidrogas	20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas - Nacional	200.000.000
117	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	300.000.000
118	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	300.000.000
119	APR	Fernando Bezerra Coelho	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	00SN	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional	300.000.000
120	APR	Fernando Bezerra Coelho	Fundação Universidade Federal do Pampa	8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	250.000.000
121	APR	Jaques Wagner	Fundo Nacional de Assistência Social	219F	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	115.000.000
122	APR	Jaques Wagner	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	21AQ	Proteção do Direito à Vida - Nacional	140.000.000
123	APR	Nelsinho Trad	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	2684	Ações de Inteligência - Nacional	250.000